

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

INSERÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS E O
DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE
CASO EM LARANJAL DO JARI – AP

EMANUEL ALVES DE MOURA

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**INSERÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS E O DESENVOLVIMENTO
LOCAL: UM ESTUDO DE CASO EM LARANJAL DO JARI – AP**

EMANUEL ALVES DE MOURA

Sob a orientação do Professor
Gabriel Araújo Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Setembro de 2010

370.981

M929i

T

Moura, Emanuel Alves de, 1961-.

Inserção dos Institutos Federais e o desenvolvimento local: Um estudo de caso em Laranjal do Jarí - AP / Emanuel Alves de Moura - 2010.

51 f.: il.

Orientador: Gabriel Araújo Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 47-48.

1. Educação - Brasil - Teses. Escolas técnicas - Estudo de caso - Teses. 3. Universidades e Faculdades públicas - Desenvolvimento - estudo de caso - Teses. I. Santos, Gabriel Araújo, 1949-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

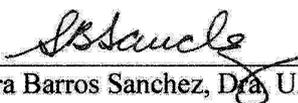
Emanuel Alves Moura

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 15 de setembro de 2010.



Gabriel de Araújo Santos, Dr. UFRRJ



Sandra Barros Sanchez, Dra. UFRRJ



Rose Meire Penha Revorêdo de Macêdo, Dra. UFRN

AGRADECIMENTOS

Ao criador pelo infinito amor que nos transmite. Pela força, luz e sabedoria, que me concedeu para vencer todos os obstáculos no decorrer dessa jornada;

À minha mãe, Maria do Carmo, pelo amor incondicional, zelo, dedicação e apoio. Sempre acreditando na minha capacidade e no meu caráter;

À minha família, filhos, irmãos, namorada, pela compreensão, amor e confiança em mim depositada;

Aos colegas do Curso de Mestrado – Jimenez, Miguel Badenes, Jadir, Samico, Flavio, Cleunice, Pascoalino, Ivan, Campos, José Renato, Manoel Mendes e Nazareno, pela convivência prazerosa, solidariedade, compreensão, ajuda mútua e companheirismo;

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, pela realização deste Curso de Mestrado, o que me proporcionou a concretização de um sonho na pessoal e profissional;

Aos professores, pela dedicação, competência e colaboração que muito contribuíram para minha formação;

Ao professor Gabriel de Araujo Santos, em especial, pelo companheirismo, espírito educador, incentivo e dedicação dispensada, como meu orientador, na elaboração dessa dissertação;

Ao Instituto Federal de Roraima, minha instituição de origem, pela política de valorização de seus servidores o que me possibilitou o ingresso nesse curso;

Aos servidores dos Institutos Federais de Roraima e Amapá, pela amizade, companheirismo e confiança depositada em minha pessoa para administrar essas instituições, o que me proporcionou experiências significativas imprescindíveis para elaboração e conclusão desse trabalho;

Aos gestores, políticos, professores, sindicalistas e radialistas do município de Laranjal do Jari que, prontamente se dispuseram a participar da pesquisa, respondendo ao questionário por mim proposto;

Por fim, agradeço a todos que de direta ou indiretamente contribuíram de forma significativa para minha formação e elaboração desse trabalho.

BIOGRAFIA

Emanuel Alves de Moura, brasileiro, natural de Boa Vista – Roraima é servidor público federal pertencente à carreira de professor de Educação Básica, Técnica e Tecnológica, filho de Manoel Batista de Moura e de Maria do Carmo Alves de Moura. Graduado no curso de Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (1983); tem em sua formação acadêmica o curso de Pós-Graduação Lato *Sensu*: Especialização em Administração do Ensino Técnico pela Oklahoma State University – USA (1996). É Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ – RJ (2010). Possui as seguintes experiências profissionais como docente: Professor de Educação Física atuando em escolas da rede pública do Estado de Roraima (1984/1993); técnico das seleções estudantis e federadas de atletismo de Roraima (1986/1992). Exerceu as seguintes funções administrativas: Vice-Diretor da Escola Técnica de Roraima (1992/1993); Vice-Diretor da Escola Técnica Federal de Roraima (1994/1996); Diretor Geral da Escola Técnica Federal de Roraima (1996/2000); eleito em 2000 para o segundo mandato de quatro anos (2000 a 2004); Diretor Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (2002/2004); Diretor de Administração e Planejamento do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (2004/2007); convidado pelo Ministério da Educação para implantar a Escola Técnica Federal do Amapá exercendo a função de Diretor Geral Pro Tempore (2007/2008); Reitor Pro Tempore do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (2008 até a presente data). Como membro de órgão colegiado possui a seguinte experiência: Foi representante do Ministério da Educação no Conselho Diretor da Escola Técnica Federal do Amazonas; Foi Membro do Conselho do SENAI – RR (1996/2006); Foi Membro do Conselho de Dirigentes das Escolas Técnicas Federais – CONDITEC (1996/2002); Membro do Conselho do SENAC – RR (2000/2006); Membro do Conselho dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CONCEFET (2000/2006); Membro do Conselho das Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - CONIF (2009 até a presente data); Membro do Conselho do SENAC – AP (2009 até a presente data); Representante do Ministério da Educação no Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (2010).

RESUMO

MOURA, Emanuel Alves de. **Inserção dos Institutos Federais e o desenvolvimentos local: Um estudo de caso em Laranjal do Jari – AP.** 2010. 51p. Dissertação (Mestrado em Ciências), Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

Esta dissertação trata da importância da inserção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *Campus* Laranjal do Jari, utilizando a metodologia sugerida no Projeto de Estudo/Pesquisa para a Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Local. Nessa perspectiva, foi formulado o seguinte problema: “*Como a inserção do Instituto Federal do Amapá contribuirá para o desenvolvimento do município de Laranjal do Jari?*”. Foram realizadas consultas a documentos, leis e decretos relacionados ao tema, levantamento bibliográfico relativos à caracterização regional, coletadas informações acerca da participação da população em audiência pública e considerados os resultados das entrevistas realizadas com formadores de opinião do município. Os resultados apontaram para a indicação de cursos técnicos relacionados ao extrativismo de produtos florestais, como a castanha-do-brasil. Outra indicação diz respeito aos cursos técnicos voltados ao meio ambiente, com o objetivo de colaborar para a reversão do principal problema ambiental do município, a poluição do rio. Recomendam-se ações ao dirigente do Instituto Federal do Amapá, no *Campus* Laranjal do Jari, como a elaboração de projetos ambientais pelo IFAP, durante o processo de formação dos alunos e a antecipação do Curso Técnico em Floresta e do Curso Superior em Gestão Ambiental oferecidos pelo IFAP, devido solicitação dos segmentos investigados.

Palavras-Chave: Inserção. Institutos Federais. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

MOURA, Emanuel Alves of. **Insertion of the Federal Institute and the developments local: A study of case in Laranjal do Jari-AP**. 2010. 51p. Dissertacion (Master's Science in Agricultural Education), Program of After-Graduation in Agricultural Education. Institute of Agronomy, Agricultural Federal University of the Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

This dissertation examines the importance of insertion Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá, Campus Laranjal do Jari, using the methodology presented in the Project Study for the insertion of the Federal Institutes in Local Development. In this perspective, the following problem was formulated: *“How the insertion of the Federal Institute of the Amapá will contribute for the development of the city of Laranjal do Jari?”*. For in such a way, the documents, laws and decrees related to the subject, bibliographical survey relative to the regional characterization had been carried through consultations, collected informations concerning the participation of the population in audience and considered the results of the interviews carried with opinion leaders of the city. Results showed an indication of technical courses related to the extraction of forest products, such as the Brazil nut. Another indication with respect to technical courses to directed the environment, with the objective to contribute to the reversal of the main environmental problem of the city, the river pollution. Actions are recommended to the head of the Federal Institute of Amapá, on the *Campus* Laranjal do Jari, as the development of environmental projects by IFAP, during the training of students and the anticipation of the Technical Course in Forest and High Course in Environmental Management offered by IFAP, which had request by the segments investigated.

Key word: Insertion. Institute Federal. Development local.

LISTA DE SIGLAS

ALCMS – Área de Livre Comércio de Macapá e Santana

CNCST - Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia

CNCT - Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos

CNE – Conselho Nacional de Educação

ETFAP - Escola Técnica Federal do Amapá

IFAP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá

PROEJA – Programa de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos

UEAP – Universidade Estadual do Amapá

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Situação atual dos Institutos Federais, Estados da Federação e situação de transformação ou integração.	1
Tabela 2 – Dados do saneamento básico em Laranjal do Jari, 2007.	19
Tabela 3 – Cursos técnicos solicitados em audiência pública, em ordem de preferência.....	25
Tabela 4 – Cursos de graduação solicitados em audiência pública, em ordem de preferência.	31
Tabela 5 – Cursos solicitados na audiência pública e respectivos cursos constantes no Catálogo Nacional de Cursos Superiores.....	31
Tabela 6 – Cursos de extensão solicitados em audiência pública, em ordem de preferência.	32
Tabela 7 – Programação de abertura de cursos Técnico, Licenciatura e Tecnológico, no <i>Campus</i> Laranjal do Jari.	42

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Expansão da Rede Federal nas Unidades da Federação	9
Figura 2 – Evolução da Rede Federal até 2010.....	9
Figura 3 – Entrevista com o presidente da Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores do Laranjal do Jari.....	12
Figura 4 – Evolução histórico-geográfica e política do Amapá.....	14
Figura 5 – Localização estratégica do Estado do Amapá	16
Figura 6 – Palafitas construídas sobre o rio Jari.....	18
Figura 7 – Bicicletário sobre o rio Jari.	19
Figura 8 – Comunidade assinando lista de frequência na audiência pública.....	20
Figura 9 – Composição da mesa da audiência pública em Laranjal do Jarí	22
Figura 10 – Público presente na audiência pública em Laranjal do Jari	23
Figura 11 – Cursos técnicos agrupados em eixos tecnológicos.	26
Figura 12 – Fronteira dos municípios de Laranjal de Jari-AP e Monte Dourado-PA.....	28
Figura 13 – Entrevista com a prefeita de Laranjal do Jari.....	33
Figura 14 – Entrevista com secretários municipais: (a) Secretário de Obras; (b) Secretária de Educação	33
Figura 15 – Profissionais da educação respondendo o questionário.....	34
Figura 16 – Extrativista integrante da Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores do Laranjal do Jari mostrando a farinha da castanha-do-brasil embalada para comercialização.....	36
Figura 17 – Biscoito de castanha-do-brasil.....	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. CARACTERIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6
1.1. Aspectos Históricos.....	6
1.2. Responsabilidade Social do IFAP	10
1.3. Políticas de Ensino	10
2. MATERIAL E MÉTODOS	11
2.1. Inserção Regional.....	11
2.2. Contexto Histórico-Geográfico.....	11
2.3. Audiência Pública	11
2.4. Entrevistas.....	11
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	13
3.1. Contexto Histórico-Geográfico.....	13
3.2. Evolução Histórico-Geográfica e Política do Amapá	13
3.3. Características sócio-político-econômicas da Região	14
3.3.1. Desenvolvimento sustentável.....	15
3.3.2. Integração regional	16
3.4. Laranjal do Jari.....	17
3.4.1. Caracterização regional	17
3.4.2. Audiência pública.....	20
3.4.2.1. Cursos técnicos.....	24
3.4.2.1.1. Ambiente, Saúde e Segurança	26
3.4.2.1.2. Recursos naturais	27
3.4.2.1.3. Informação e comunicação.....	28
3.4.2.1.4. Controle e processos industriais	28
3.4.2.1.5. Gestão e negócios	29
3.4.2.1.6. Hospitalidade e lazer	29
3.4.2.1.7. Produção industrial	30
3.4.2.2. Curso superior de tecnologia	30
3.4.2.3. Cursos de extensão	31
3.4.3. Entrevistas.....	32
3.4.3.1. Gestores públicos.....	32
3.4.3.2. Profissionais da educação	34
3.4.3.3. Políticos.....	35
3.4.3.4. Sindicalistas.....	36
3.4.3.5. Empresários.....	37
3.4.3.6. Radialistas	38
4. IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ	40
4.1. Histórico	40
4.2. Áreas de Atuação Acadêmica	41

4.3.	Programa de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores	41
4.4.	Concepção de Ensino-Aprendizagem	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		45
REFERENCIAS.....		47
ANEXOS.....		49

INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica configura-se como uma importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Esse é um elemento primordial para que o desenvolvimento regional e local seja uma realidade.

A Educação Profissional e Tecnológica contribui para a elevação da escolaridade dos trabalhadores. Em publicação do Ministério da Educação, no Plano de Desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas – PDE – (2007), vê-se claramente a importância da Rede Federal para a expansão da oferta e melhoria da qualidade da educação brasileira:

Talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre a educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis.

(...)

Diante dessa expansão sem precedentes, a proposição dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, evidencia com grande nitidez os desejáveis enlaces entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade.

A missão institucional dos Institutos Federais deve, no que respeita à relação entre educação profissional e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão. Quanto à relação entre educação e ciência, o Instituto Federal deve constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, voltado à investigação empírica; qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas; oferecer programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional, e oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica.

Com o advento da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, foi instituída a rede federal de educação profissional, científica e tecnologia, a partir da transformação e/ou integração das Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais, Centro Federal de Educação Tecnológica, Escolas vinculadas às Universidades Federais em seus respectivos Estados da Federação, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Situação atual dos Institutos Federais, Estados da Federação e situação de transformação ou integração.

Situação atual	Estado	Situação anterior
Instituto Federal do Acre	AC	Transformação da Escola Técnica Federal do Acre
Instituto Federal de Alagoas	AL	Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica

		Federal de Satuba
Instituto Federal do Amapá	AP	Transformação da Escola Técnica Federal do Amapá
Situação atual	Estado	Situação anterior
Instituto Federal do Amazonas	AM	Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira
Instituto Federal da Bahia	BA	Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
Instituto Federal Baiano	BA	Integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim
Instituto Federal de Brasília	DF	Transformação da Escola Técnica Federal de Brasília
Instituto Federal do Ceará	CE	Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu
Instituto Federal do Espírito Santo	ES	Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa
Instituto Federal de Goiás	GO	Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
Instituto Federal Goiano	GO	Integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres
Instituto Federal do Maranhão	MA	Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras
Instituto Federal de Minas Gerais	MG	Integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista
Instituto Federal do Norte de Minas	MG	Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas
Instituto Federal do Sudeste de Minas	MG	Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena
Instituto Federal do Sul de Minas	MG	Integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	MG	Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica

		Federal de Uberlândia
Situação Atual	Estado	Situação Anterior
Instituto Federal do Mato Grosso	MT	Integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica do Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres
Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	MS	Integração da Escola Técnica Federal do Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina
Instituto Federal do Pará	PA	Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá
Instituto Federal da Paraíba	PB	Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa
Instituto Federal de Pernambuco	PE	Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	PE	Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina
Instituto Federal do Piauí	PI	Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí
Instituto Federal do Paraná	PR	Transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná
Instituto Federal do Rio de Janeiro	RJ	Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis
Instituto Federal Fluminense	RJ	Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	RN	Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	RS	Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão
Instituto Federal Farroupilha	RS	Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete
Instituto Federal Sul Riograndense	RS	Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas

Instituto Federal de Rondônia	RO	Integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste
-------------------------------	----	---

Situação Atual	Estado	Situação Anterior
Instituto Federal de Roraima	RR	Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima
Instituto Federal de Santa Catarina	SC	Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Instituto Federal Catarinense	SC	Integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio
Instituto Federal de São Paulo	SP	Transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo
Instituto Federal de Sergipe	SE	Integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão
Instituto Federal do Tocantins	TO	Integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins

Muitas políticas públicas têm sido propostas ao longo dos anos em nome do desenvolvimento regional, porém é necessário identificar características intrínsecas de uma determinada territorialidade, que constituem diferenciais ou vantagens competitivas no contexto local, além de proporcionar condições para o desenvolvimento regional sobre bases sustentáveis.

O Instituto Federal do Amapá -IFAP autarquia de regime especial nasce como Escola Técnica Federal do Amapá através da Lei 11.543 de 25 de outubro de 2007 passando a nova institucionalidade a partir da sua transformação em IFAP com a publicação da lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, visando aliar de forma indissolúvel, a formação acadêmica à preparação para o trabalho por meio do desenvolvimento no qual será construída uma formação contextualizada imersa em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

Por ser uma autarquia de base educacional humanístico-técnico-científica, o IFAP encontra na territorialidade e no modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária. Possui estrutura pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Neste contexto, este trabalho apresenta os resultados referentes:

a) ao levantamento histórico-geográfico do Estado do Amapá, principalmente do município de Laranjal do Jari, destacando os ciclos de ocupação e expansão e as transformações econômicas e sociais da região;

b) a audiência pública realizada com a comunidade local, tendo em vista apresentar as convergências e estabelecer compromissos com os cursos oferecidos pelo IFAP;

c) a entrevista realizada com lideranças do município de Laranjal do Jari – AP, quanto à inserção do Instituto Federal do Amapá.

Estes resultados têm como objetivos prospectar cenários futuros em termos de oportunidades nos planos ambiental, social e econômico, de acordo com a metodologia proposta pelo projeto de estudo para a inserção dos Institutos Federais no desenvolvimento regional/local. Este modelo de medição e gestão é apresentado como ferramenta para contribuir no processo de tomada de decisão dos dirigentes do IFAP no município de Laranjal do Jari.

Pensar o futuro de um Instituto Federal é um ato do gestor que está preocupado com o destino dos futuros profissionais que atuarão no mercado de trabalho brasileiro e saber se a instituição escolar está realmente realizando sua função social.

Pretende-se, dessa forma, contribuir para a compreensão da importância e da viabilidade do uso de prospecção como instrumento para se pensar o futuro dos Institutos Federais.

Este trabalho contribui para o desenvolvimento dos Institutos Federais no ato do planejamento, tomando por base a prospecção da entidade pública de educação tecnológica, o trabalho apresentado é útil por agregar conhecimentos sobre as contribuições proporcionadas as comunidades diretamente beneficiadas pelo *Campus* Laranjal do Jari do Instituto Federal do Amapá.

Do ponto de vista acadêmico este trabalho acrescenta mais um estudo à parcela da produção científica existente sobre a contribuição tecnológica que os Institutos Federais podem dar aos trabalhadores.

1. CARACTERIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1.1. Aspectos Históricos

Nesse capítulo estaremos abordando a história dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com o objetivo de demonstrar os momentos singulares que passou a Rede Federal de Educação Tecnológica ao longo do tempo até o momento atual com a concretização dessa nova institucionalidade.

Segundo o historiador Ghiraldelli Júnior (2001), a partir de 1889, a história da educação brasileira é caracterizada por três correntes pedagógicas que passam a formar o cenário político-pedagógico: a pedagogia tradicional, a pedagogia nova e a pedagogia libertária. Essas vertentes associavam-se a diferentes setores sociais. A pedagogia tradicional era defendida pelos intelectuais ligados às oligarquias, aos dirigentes e à igreja. Por sua vez, a pedagogia nova era o ideal dos segmentos da burguesia e das classes médias que desejavam a modernização do estado e da sociedade no Brasil. A pedagogia libertária originou-se entre os intelectuais ligados aos projetos dos movimentos sociais populares.

A pedagogia tradicional e a pedagogia nova entendem a educação como mecanismo da manutenção do *status quo* onde a escola tem por função preparar o indivíduo para papéis sociais, de acordo com aptidões e interesses de cada um, não considerando as diferenças sociais de classes. A pedagogia libertária entende a educação como instrumento de luta junto com outras práticas sociais buscando a superação das diferenças de classes existentes na sociedade capitalista.

Os Institutos Federais tiveram sua origem em 23 de setembro de 1909 quando o então presidente da República Federativa do Brasil, Nilo Peçanha, através do Decreto 7.566 criou 19 instituições denominadas Escolas de Aprendizes Artífices, vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Essas escolas foram criadas com o intuito de proporcionar às classes economicamente desfavorecidas um ensino voltado para o trabalho, tendo como clientela em potencial, pessoas da classe mais baixa da sociedade, sobretudo as crianças do sexo masculino de faixa etária entre 10 a 12 anos, alunos dos cursos primários que passavam a receber conhecimento de ofícios de alfaiate, carpintaria, funilaria, sapataria e outros desse gênero. Outra finalidade desse marco regulatório era ocupar os filhos dos desfavorecidos da fortuna em atividades que viesse afastá-los da ociosidade, evitando com isso o enveredamento pela criminalidade.

A supervisão dessas escolas passou a ser atribuição do Ministério da Educação e Saúde Pública quando de sua criação em 1930.

No ano de 1937 foi outorgada a Constituição Federal, que previa no seu bojo o ensino profissional e industrial acompanhada da reforma instituída pela Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 que transformou as Escolas Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais. Essa transformação ocorreu dentro de um contexto de grandes transformações na economia do país, onde o desenvolvimento industrial passou a ter uma grande importância na economia brasileira que demandava mão de obra qualificada para atender as indústrias.

No ano de 1942, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, o ensino profissional passou a ser de nível médio, motivo pelo qual houve a transformação dos Liceus

Industriais em Escolas Industriais. Essa nova institucionalidade trouxe mudanças importantes como: a transformação das antigas oficinas em cursos industriais básicos de 1º ciclo, voltados para alunos dos cursos primário completo, com faixa etária de 12 a 17 anos aprovados em exame de admissão e autonomia para as escolas promoverem cursos de Mestría para atender as oficinas corrigindo com isso a deficiência de professores.

Notadamente a preocupação com a verticalização do ensino é uma característica dessa rede que ao longo de sua história tem experimentado os grandes desafios. Todas as mudanças advindas da nova lei vêm em resposta à necessidade de responder às demandas educacionais para atender o período da industrialização que passava o país.

Em 1959 o estado brasileiro assume parte do processo de formação da força de trabalho para atender a demanda do setor industrial principalmente na indústria automobilística, trazendo consigo grandes investimentos nas áreas de infra-estrutura especialmente na produção de energia e transportes, momento em que as escolas industriais são transformadas em Escolas Técnicas Federais, passando a ampliar suas áreas de atuação focando no oferecimento dos cursos técnicos. Essa transformação foi de fundamental importância por trazer em seu bojo a autonomia administrativa, pedagógica, financeira e patrimonial por se tratar agora de autarquias federais.

Durante o regime militar houve mudanças no sistema educacional, com a implantação de uma reforma no ensino superior (Lei 5.540/68) e no ensino de 1º e 2º graus (Lei 5.692/71). Para Ghiraldelli Júnior (2001), a institucionalização do ensino profissional no 2º grau justificava-se na Teoria do Capital Humano que compreende a “educação como investimento em recursos humanos” indispensável para mudar a situação do Brasil de país subdesenvolvido para desenvolvido. A implantação de uma rede de ensino voltada para a capacitação técnica do trabalhador promoveria à qualidade da mão de obra nacional, conseqüentemente, a produção mudaria em termos quantitativos e qualitativos, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento econômico do país. Ademais, a remuneração do trabalho crescerá, diminuindo as injustiças sociais.

A partir da década de 70 a pedagogia tecnicista tornou-se a pedagogia oficial orientando o trabalho nas instituições de ensino profissionalizante, baseada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade. O objetivo dessa pedagogia era alinhar a educação às exigências da sociedade industrial e tecnológica, contribuindo na preparação da mão de obra para as indústrias e serviços (ARANHA, 1996).

Sob a influência da filosofia positivista e da psicologia behaviorista, a tendência tecnicista valorizava a ciência como uma forma de conhecimento objetivo, que permite a observação e a experimentação de fatos, fenômenos e objetos. No campo educacional essas idéias voltam-se para o comportamento do aluno, nos seus aspectos observáveis e mensuráveis, tendo em vista modelar o comportamento pelo condicionamento, segundo objetivos pré fixados, para formar pessoas produtivas, responsáveis e especializadas para o trabalho.

Toda a organização escolar passa por um reordenamento com a implantação de práticas de organização racional do trabalho pedagógico, racionalização dos objetivos, parcelamento do trabalho com a devida especialização das funções e a burocratização, a fim de alinhar-se aos pressupostos do tecnicismo.

No ano de 1978, das escolas técnicas federais do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Lei nº 6.545 de 30 de junho de 1978 equiparando-se aos centros universitários. Passaram a gozar de autonomia para oferecimento de cursos superiores, esse é o reconhecimento cabal da

potencialidade dessas escolas que ao longo de suas existências comprovaram o trabalho com qualidade desenvolvido ao longo de suas existências na educação profissional.

A partir da transformação dessas 03 (três) escolas, as demais Escolas Técnicas Federais passaram a se preparar para galgar o patamar alcançado pelas co-irmãs, a ter a mesma autonomia para oferta educação profissional nos níveis básico, técnico e superior.

Esse processo de transformação das escolas técnicas em CEFET's tem prosseguimento, quando em 31 de outubro de 1989, através da lei 7.863 a então Escola Técnica Federal do Maranhão é transformada em CEFET-MA, e a Escola Técnica Federal da Bahia através da lei 8.711 de 28 e outubro de 1993.

O ano de 1994 foi de grande importância para a Rede Federal, com a publicação da Lei 8.948 de 09/12/94 que transformou todas as Escolas Técnicas Federais em CEFET's. Essa Lei deveria ser regulamentada por decretos que transformaria individualmente cada escola. Houve, portanto, transformações em momentos diferentes, processo que teve sua conclusão no ano de 2002 com a transformação de todas escolas Técnicas Federais, além das escolas Agrotécnicas Federais de Rio Verde-GO, Urutaí-GO, Rio Pomba-MG, Bambuí-MG, Uberaba-MG, Petrolina-PE, Cuiabá-MT, Rio do Sul-RS e Bento Gonçalves-RS.

Em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nº 9.394, a educação profissional ganhou destaque sendo reservado o capítulo III da aludida legislação para tratar desse tema, posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 2.208. A chamada "Reforma da Educação Profissional" é implantada dentro do ideário de Estado Mínimo.

A Rede Federal passa por um momento difícil em sua história a partir da publicação da lei 9.649/98 (Art.47) que vinculava a criação de novas escolas a parcerias da União com outros entes, o que traz consigo um grande prejuízo por se tratar de uma legislação impeditiva ao crescimento da rede.

Em 2004, a rede federal de educação tecnológica (Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas Federais, Escola Técnica Federal de Palmas/TO e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais) ganhou autonomia para a criação e implantação de cursos em todos os níveis de educação profissional e tecnológica. Por sua vez, as escolas Agrotécnicas Federais receberam autorização excepcional para ofertar cursos superiores de tecnologia, em nível de graduação, fortalecendo a característica dessas instituições: a oferta verticalizada de ensino em todos os níveis de educação.

Com a mudança de governo onde o social passa a ter um destaque e considerando que a rede federal sempre pautou suas ações para a classe trabalhadora e principalmente pela classe mais desfavorecida, eis que o governo federal toma a decisão de ampliar o número de escolas federais de educação profissional e tecnológica, dando início a um processo de crescimento capaz de gerar reflexos mais amplos para a educação brasileira, intitulado Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica o qual foi dividido em duas fases.

A primeira fase dessa expansão, iniciada em 2006, teve como objetivo implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em Estados ainda desprovidos dessas instituições (Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal), além de outras, preferencialmente, em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho.

Na segunda fase da expansão, iniciada em 2007 (Fig. 1), o Governo Federal edita a chamada pública nº 01 de 24 de abril de 2007 – Propostas para apoio ao plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II (Fig. 2).

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II constitui-se na iniciativa do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, de implantar, nos próximos quatro anos, 150 (cento e cinquenta) novas unidades na Rede Federal de Educação Tecnológica, oferecendo ao país condições favoráveis à formação e qualificação profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino, suporte ao desenvolvimento da atividade produtiva, oportunidades de geração e disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos e estímulo ao desenvolvimento socioeconômico em níveis local e regional.

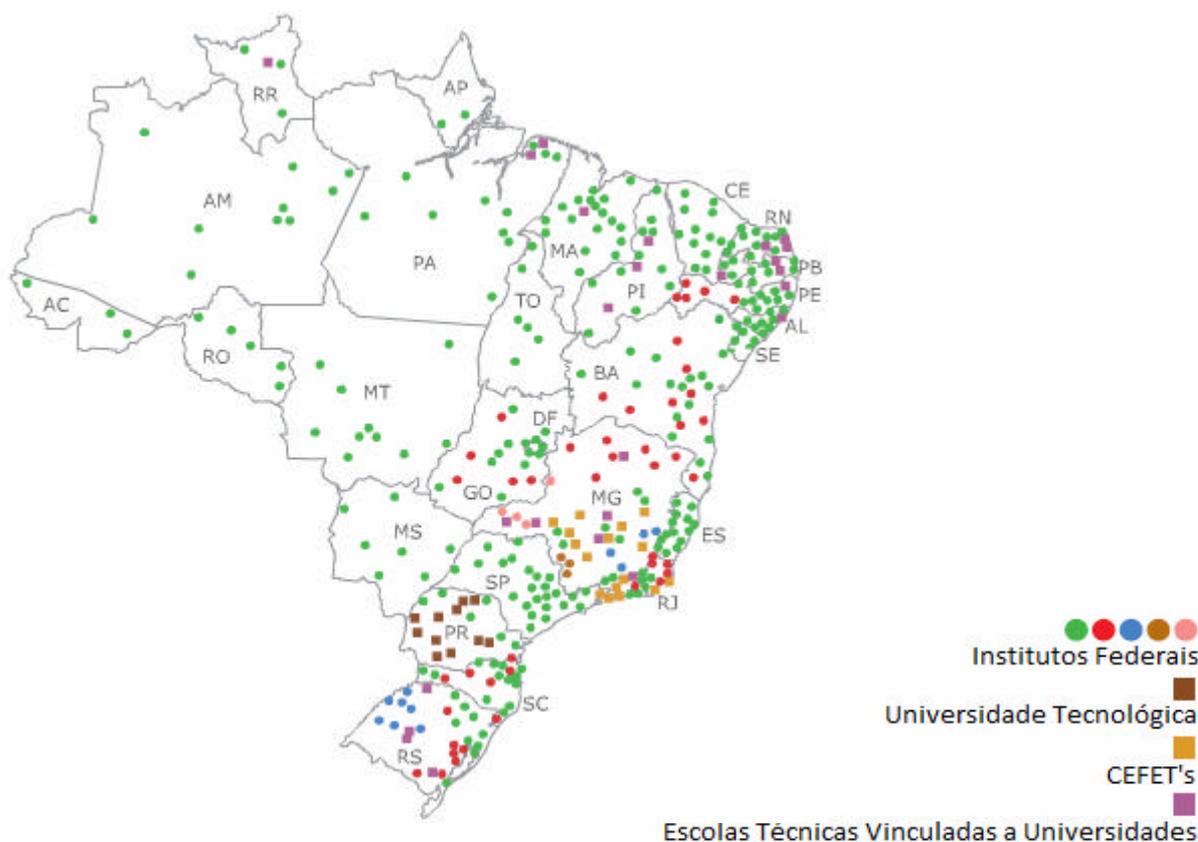


Figura 1 – Expansão da Rede Federal nas Unidades da Federação
 Fonte: Prospecto de divulgação da Rede Federal SETEC/MEC, 2007.



Figura 2 – Evolução da Rede Federal até 2010
 Fonte: Prospecto de divulgação da Rede Federal SETEC/MEC, 2007.

A partir da implementação dessa política pública, percebe-se notadamente o crescimento e fortalecimento da Rede Federal que sai de um patamar de 140 escolas criadas no período compreendido de 1909 à 2002 chegando a soma 354 instituições até o final de 2010.

Com a expansão, o crescimento expressivo do número de instituições federais de educação profissional e tecnológica, surge a necessidade de uma nova institucionalidade onde o caráter social é preponderante.

A lei 11.892/2008 cria em todo o país 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, onde o governo expressa seu compromisso e apoio colocando em maior destaque a educação profissional e tecnológica no seio da sociedade. Os Institutos Federais fundamentam-se em uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território, entendido como lugar de vida.

1.2. Responsabilidade Social do IFAP

O IFAP é a única Instituição Federal de Educação Profissional no Estado do Amapá. Como Instituição de Educação Superior, juntamente com a Universidade Federal do Amapá – UNIFAP – totalizam, a partir de 2009, as duas únicas Instituições Federais de Ensino no Estado. Além destas, existe ainda a Universidade Estadual do Amapá – UEAP como mais uma Instituição Pública de Educação Superior.

No cenário da Educação Profissional, nos níveis técnico e tecnológico o IFAP será a única Instituição Pública de ensino que atuará com a oferta de cursos nesses níveis de formação.

O IFAP, como instituição de ensino, integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cumprirá, decerto, um importante papel social no contexto do Estado, uma vez que os Cursos de formação, atualização e qualificação que oferecerá, foram programados para serem desenvolvidos em função de demandas identificadas, bem como para atender as especificidades dos arranjos produtivos do Estado, por meio das Audiências Públicas ocorridas, entrevistas com segmentos representativos da sociedade local.

Considerando que as ações do IFAP têm como premissa maior a integração com o cenário regional e local, acredita-se que sua contribuição para o processo de desenvolvimento do Estado é significativa, na medida em que formará profissionais, nos níveis técnico, tecnológico e docente além de qualificar e atualizar trabalhadores para os diferentes setores do processo produtivo.

1.3. Políticas de Ensino

Com o fito de cumprir seus objetivos e finalidades, o IFAP tem como Missão Institucional consolidar uma política de ensino, pesquisa e extensão, que se caracteriza pela atenção aos princípios educacionais e pedagógicos definidos na LDBEN, Lei nº 9394/96 e demais documentos complementares emanados do MEC e CNE, pela atenção à realidade local, e pelo respeito aos princípios e direitos constitucionais.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1. Inserção Regional

A inserção dos Institutos Federais em municípios da federação pode ser analisada a partir de alguns aspectos relevantes, com o objetivo de tornar o desenvolvimento regional uma realidade, além de prospectar cenários em locais que abrigam *Campi* em todo o país. Dentre estes aspectos, neste trabalho destacam-se a situação ambiental, social e econômica do município e a opinião da comunidade, sob dois aspectos: audiência pública e entrevista realizada com formadores de opinião, quanto à inserção do Instituto Federal do Amapá no município de Laranjal do Jari.

2.2. Contexto Histórico-Geográfico

Foi realizada pesquisa bibliográfica com o objetivo de investigar aspectos teóricos acerca da caracterização histórica, geográfica, política, ambiental, educacional e sócio-cultural do Estado do Amapá, dando ênfase ao município de Laranjal do Jari.

2.3. Audiência Pública

Uma das etapas de consulta à sociedade refere-se à audiência pública, cujo objetivo é apresentar as convergências de cursos solicitados pela população e os cursos técnicos a serem oferecidos pelo IFAP.

A audiência pública é um instrumento de participação direta da sociedade, através da qual a autoridade competente abre espaço para que todas as pessoas interessadas em determinada decisão tenham acesso à informação e a oportunidade de opinar antes do desfecho do processo. Tais opiniões não resultam em decisão, pois o caráter da audiência é consultivo, e a autoridade deve analisá-las segundo seus critérios (SOARES, 2010).

A audiência pública proporciona a troca de informações, através da oralidade e do debate efetivo, sobre aspectos relevantes e de interesse coletivo. A legislação brasileira prevê a convocação de audiência pública para realização da função administrativa, dentro do processo administrativo (SOARES, 2010).

Segundo Moreira Neto *apud* SOARES (2010), audiência pública é

um instituto de participação administrativa aberta a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando à legitimação administrativa, formalmente disciplinada em lei, pela qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que possam conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação conceitual.

2.4. Entrevistas

Em etapa que antecedeu a entrevista com os formadores de opinião de Laranjal do Jari (gestores públicos, profissionais da educação, políticos, sindicalistas, empresários e radialistas), foi feita a observação assistemática (onde o pesquisador recolheu e registrou os fatos sem a utilização de meios técnicos), com o objetivo de coletar dados sobre os aspectos

ambientais, sociais e econômicos da região. Segundo Marconi e Lakatos (2000), a observação ajuda o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”.

Na etapa de preparação da entrevista foram considerados os seguintes aspectos: o planejamento, observando o objetivo da pesquisa; a seleção dos entrevistados, ou seja, pessoas conhecedoras dos problemas locais e formadoras de opinião; e, a marcação de algumas entrevistas com antecedência. Nesta etapa foram consideradas informações coletadas na fase da observação.

A entrevista foi do tipo semi-estruturada, combinando perguntas abertas e fechadas (Anexo I), onde através de conversa informal (Fig. 3), o entrevistado teve a possibilidade de falar sobre o tema proposto, algumas vezes aprofundando a discussão sobre determinados assuntos. A interação entre o entrevistador e o entrevistado favoreceu respostas espontâneas. As perguntas foram divididas em blocos, a saber: conhecimento da situação em que se encontra o município, aspectos sociais, ambientais e econômicos, além de perguntas relativas à inserção do IFAP e cursos sugeridos para serem implantados.



Figura 3 – Entrevista com o presidente da Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores do Laranjal do Jari

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Contexto Histórico-Geográfico

Situado no extremo norte do país, o estado do Amapá tem uma superfície territorial de 142.814,585 Km², ocupados por 626.609 habitantes, com a Densidade Demográfica de 4,389 hab/km², sendo que a capital Macapá abriga cerca de 75% (469.956) dos habitantes e o município de Laranjal do Jari é o terceiro mais populoso, com 40.357 habitantes. O Estado do Amapá possui, na sua totalidade, 16 municípios. Essa superfície territorial corresponde a 1,6% do Brasil e a 3,6% da Região Norte; o Estado faz fronteira com o Pará, o Suriname e a Guiana Francesa. Apesar de ser relativamente pequeno, se comparado com outros Estados da Amazônia, o Amapá concentra uma das maiores diversidades em ambientes naturais, pois pertence a dois grandes domínios geográficos: o amazônico e o oceânico, o que lhe atribui características muito particulares quanto à formação e estruturação de seus ambientes naturais (IBGE, 2009).

O Estado do Amapá exibe 14 milhões de hectares com diversos ecossistemas. A floresta tropical e de várzea, o cerrado, os manguezais e os campos inundáveis, as montanhas e os imensos lagos compõem um cenário que o projeta para o turismo. A biodiversidade cultural é uma realidade, considerando a presença, no seu território, de aproximadamente 5 mil índios, donos de terras belíssimas.

O Estado do Amapá é o Estado brasileiro cuja população mais cresceu proporcionalmente na última década com um aumento médio de 5,71% ao ano, sendo que mais da metade da população está concentrada em Macapá, crescimento esse principalmente em função da imigração interna, especialmente do Pará.

A criação do Território Federal do Amapá implicou em profundas mudanças em suas relações políticas econômicas e sociais, indicando a configuração de novas estruturas políticas, administrativas e econômicas, que em muito têm contribuído para o aumento de investimentos dos setores públicos e privados na região, bem como dos movimentos migratórios, da urbanização e reorganização espacial.

Considerando a distância aos centros da economia mundial, pode-se dizer que o Amapá possui uma geografia privilegiada, pois está próximo dos EUA, da União Européia, do Japão, China e Sudeste Asiático, sendo que esses três últimos são mencionados em função do Canal do Panamá. Esta posição, além de permitir rápida acessibilidade aos grandes centros fornecedores de bens de consumo estrangeiros, com preços competitivos, encontra-se na rota dos transatlânticos turísticos e comerciais, o que permite criar condições para aperfeiçoar as infraestruturas do Estado, tanto para atender a atividade turística como o comércio nacional e internacional.

3.2. Evolução Histórico-Geográfica e Política do Amapá

A figura 4 ilustra a evolução histórico-geográfica e política do Estado do Amapá desde 1856, ano de criação, até os dias atuais.

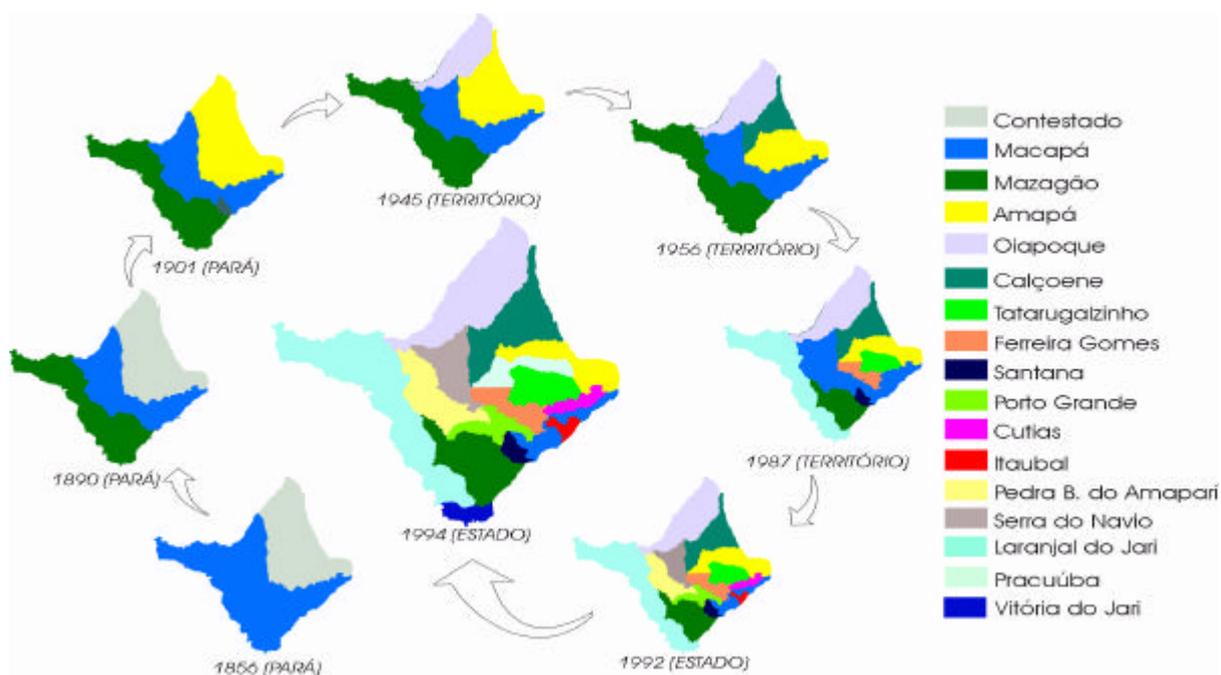


Figura 4 – Evolução histórico-geográfica e política do Amapá
 Fonte: Sistema de Gestão Ambiental – Amapá

No Amapá, no período de 1856 a 1994, foram criados dezesseis municípios, considerados apenas quinze, pois o período de instalação do Município Vitória do Jari, criado em 1994 e instalado em janeiro de 1997, transcendeu a série temporal considerada.

3.3. Características sócio-político-econômicas da Região

As características do Estado do Amapá devem ser consideradas neste trabalho como forma de construir a trajetória na prática da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, voltada para o despertar da cidadania, principalmente considerando a questão do desenvolvimento sustentável e da integração regional como importantes propostas que vêm sendo gradativamente implantadas na realidade amapaense. Neste sentido, é importante enfatizar que o Estado do Amapá tem uma localização privilegiada e estratégica, situando-se na interconexão dos mercados nacional e internacional.

A política econômica do Estado do Amapá, dentro de uma filosofia de desenvolvimento sustentável foi estabelecida pelo Decreto nº 2453, de 14 de agosto de 1995, definindo que o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), formado por todos os subprogramas, projetos e subprojetos, já existentes ou em formação à época, estabeleceu vinculação entre a utilização de recursos naturais e o desenvolvimento sócioeconômico local.

Atualmente as Políticas Governamentais vêm enfocando o desenvolvimento aliado à justiça social, a qual busca progressivamente transformar-se em instrumento programático e operacional.

Quanto ao desenvolvimento, muitas discussões vêm sendo realizadas, como a II Conferência da Amazônia, realizada em Macapá no período de 28 a 30 de novembro de 2001, que serviu de cenário, não somente para discutir as principais questões que incidem sobre o futuro amazônico, mas também no âmbito escolhido pelas lideranças políticas em nível

nacional para apresentar alternativas concretas relativas ao desenvolvimento sustentável da região.

O futuro dependerá da relação estabelecida pela população com o meio natural, o respeito às leis naturais que regem o funcionamento dos diversos ecossistemas que fazem parte da Amazônia, a valorização dos inúmeros produtos que este bioma oferece, transformados em bens que satisfaçam as necessidades humanas sem perder de vista os aspectos ambientais, capazes de construir uma sociedade de bem estar para todos.

3.3.1. Desenvolvimento sustentável

Um dos maiores desafios atuais da região amazônica refere-se às necessidades de promover o seu desenvolvimento econômico sustentável, buscando o equilíbrio ambiental, a justiça e a equidade social. Tais necessidades estão no bojo dos objetivos fundamentais da Agenda 21 a qual busca atender as necessidades básicas da população local, com a urgência de obter um melhor aproveitamento dos recursos naturais, imbuídos na ótica da preservação dos mesmos. Isto é, utilizar com eficiência as riquezas da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos locais, no âmbito da maior floresta tropical do planeta, respeitando a cultura e a diversidade étnica do povo da Amazônia.

Diante de tantos desafios, existem os conflitos de interesses humanos com fortes reflexos ambientais. Alguns dos mais conhecidos são as ameaças de queimadas e desmatamentos causados pelas diversas atividades agropecuárias e agrícolas, empreendimentos que causam grandes impactos ambientais, como as hidrelétricas, estradas e rodovias, hidrovias, ferrovias, infraestruturas de toda ordem, normalmente impulsionadas pela migração de origens rurais para as zonas urbanas e mecanização das zonas rurais.

A Amazônia continua a ser uma região com alto potencial para investimentos. São necessidades incontestáveis e todas elas deverão estar em harmonia com atividades ditas sustentáveis, como o turismo e o extrativismo (vegetal, animal e mineral). Para tanto, é necessário gerar conhecimento de toda ordem para que as informações científicas possam ser utilizadas com o objetivo de melhor tomada de decisões políticas, gerenciais, judiciais, educacionais, entre outras. Torna-se necessário reconhecer que a exploração sustentável dos recursos naturais da região depende da formação de recursos humanos que respeitem as características endógenas que efetivamente contribuam para a mudança de paradigmas locais.

A agregação de valor às atividades agrícolas, florestais, pesca e mineração objetiva fortalecer a dinâmica local e regional gerando, distribuindo renda e fixando a população, ao mesmo tempo em que devem ser definidos critérios de utilização de retorno social e ambiental para atrair capital privado de outras partes do país e do exterior.

Em nível global, alguns fatores estratégicos devem ser considerados: a crescente desorganização climática planetária levando à necessidade de mudanças profundas no modelo de produção e consumo; as descobertas resultantes do avanço da biotecnologia e da engenharia genética, abrindo possibilidades inusitadas para o bem estar da humanidade; acordos globais sobre problemas pertinentes ao desenvolvimento (biodiversidade, florestas, clima, agricultura) colocando, em um mesmo cenário, países ricos e pobres e abrindo negociações que podem criar um futuro melhor.

Nesse quadro, as possibilidades de construir com sucesso um modelo de desenvolvimento não excludente, que respeite o patrimônio natural, que enfrente o desafio de geração de empregos e que amplie os espaços de exercício da cidadania, são urgentes.

Compreendida a complexidade dos problemas da região, é importante analisar como a Amazônia e, principalmente o Estado do Amapá, vêm definindo políticas sócio-econômicas.

3.3.2. Integração regional

O Estado do Amapá tem uma localização estratégica, situando-se na foz do Rio Amazonas e é parte do Platô das Guianas (Fig. 5). Dessa forma, o Estado apresenta um excelente potencial para uma integração regional, não apenas com as demais regiões do país, mas também com países vizinhos e até com a União Européia.

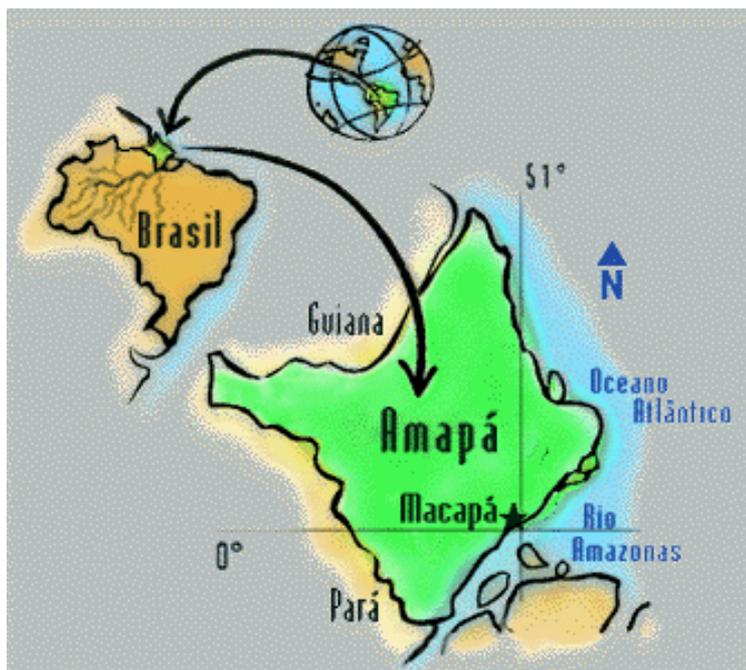


Figura 5 – Localização estratégica do Estado do Amapá

Fonte: Sistema de Gestão Ambiental – Amapá

As propostas políticas governamentais do Estado do Amapá têm priorizado articulações com a Guiana Francesa, buscando cooperação técnica e abertura de oportunidades de mercado. Um dos principais resultados dessa aproximação é a estrada Macapá-Caiena. Essa estrada viabilizará novos mercados para produtos nacionais, minimizando os custos de exportação para a Europa, Caribe e América do Norte, implicando na importância do Amapá como porta de entrada para turistas europeus. A efetivação da estrada Macapá-Caiena permitirá a integração da região ao ambiente econômico internacional, sobretudo aos países do Caribe.

Uma das conseqüências mais importantes do PDSA (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá) traduziu-se nos esforços de cooperação com a Guiana Francesa e o Caribe, um mercado de 2,5 milhões de consumidores que pode viabilizar projetos de pesca e de agroindústria, turismo ecológico e o desenvolvimento científico e tecnológico.

O Amapá opera uma revolução silenciosa. A criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) permitiu novas perspectivas de desenvolvimento para as regiões fronteiriças e o amadurecimento das relações com os países vizinhos. Do mesmo modo, a criação do porto de containers de Santana, um dos melhores do Brasil, ampliou as possibilidades mercadológicas da região.

O sistema de energia elétrica no Estado conta com as usinas termoeletricas da Central de Santana e a Usina Hidrelétrica do Paredão no Rio Araguari, com novas linhas de transmissão que hoje levam energia ao município de Calçoene, passando por Tartarugalzinho e chegando ao Oiapoque.

A infraestrutura adicional com a construção da ponte sobre o Rio Araguari, da linha de transmissão de Macapá até Laranjal do Jari, bem como outras obras previstas, estimulam o desenvolvimento de todos os municípios do Estado, sendo este um imperativo de mercado e também uma necessidade geopolítica que visa a mais ampla integração da América do Sul com a União Européia, implicando em maior desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como possibilidades de intercâmbio acadêmico.

3.4. Laranjal do Jari

3.4.1. Caracterização regional

Uma das formas de surgimento de cidades na região amazônica pode ocorrer a partir da inserção de empresas, onde sua frente de expansão é promovida pelo corporativismo. Nesse caso, a organização do espaço é guiada por empresas capitalistas de diversos setores da economia, como a extração de recursos naturais, agropecuária empresarial, projetos florestais, agronegócio em geral, mineração em grande escala e projetos hidroelétricos. Segundo Thalez e Couto (2007), tal expansão é justificada usando o argumento político desenvolvimentista.

Dentro dessa perspectiva o Complexo Jari Celulose nasceu nas proximidades do Rio Jari, oriunda de capital estrangeiro para extração de recursos naturais. Segundo Browder e Godfrey (2006): “No Brasil, Jari, Tucuruí e Carajás são exemplos desse fenômeno da ‘fronteira corporativa’. Porém, em praticamente todas as cidades da floresta amazônica, existem também enclaves dormitórios protegidos pelo capital empresarial”.

Assim foram trazidas tecnologias para a Amazônia com o objetivo de serem utilizadas na exploração de produtos naturais. Com o intuito de atender as necessidades desse projeto, criou-se uma cidade planejada dotada de excelente infraestrutura, através da construção, no ano de 1977, de 1.000 (mil) casas em Monte Dourado, município de Almeirim-PA.

O Estado do Amapá sentiu os efeitos negativos da implantação do Complexo Jari Celulose em território paraense, a maior delas foi à ocupação desordenada de migrantes na margem esquerda do Rio Jari, em busca por melhores condições de vida, surgindo uma população heterogênea, se alocando em áreas de risco e muito longe da realidade da cidade de Monte Dourado (THALEZ & COUTO, 2007).

Browder e Godfrey (2006) afirmam:

[...] Cidades da floresta planejadas pelo Estado são construídas quase que instantaneamente para abrigar, confortavelmente, os trabalhadores de algum grande projeto de desenvolvimento, às vezes co-financiado pelo capital transnacional. Em pouco tempo aparece uma multidão heterogênea de favelas temporárias, no lado de fora das cercas de segurança, para abrigar precariamente os trabalhadores temporários que convergem para a região na esperança de conseguir trabalho [...]

Essa região, no Sul do Amapá, ficou conhecida por Beiradão, famosa pela prostituição e desprovido de qualquer condição de saneamento e salubridade. Em 17 de dezembro de 1987 passou a ser o Município de Laranjal do Jari, atualmente, o terceiro município do Amapá, em

número de habitantes, com a maior área territorial do Estado, 31.170 km².

As primeiras habitações foram construídas às margens do rio Jari (Fig. 6) pelos subempregados do Projeto Jari Celulose, trabalhadores que antes sobreviviam das atividades extrativistas e que encontraram grandes dificuldades em exercer sua atividade principal após as ações de desmatamento realizadas, tendo em vista a implantação das áreas de cultivo florestal. Mas a ocupação do local se intensificou com as migrações de nordestinos para as áreas extrativistas da floresta amazônica. A economia local baseava-se na coleta ou extração da borracha e da castanha, além do comércio de maçaranduba, timbó, ouro e de essências utilizadas para fins medicinais.

Em 2007, o documento apresentada ao Ministério da Educação pelo município de Laranjal do Jari para implantação da Escola Técnica Federal na cidade pólo de Laranjal do Jari informa que o município abrange, dentro da extensão territorial, unidades de conservação ambiental como: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru; Reserva Extrativista do Rio Cajari; Reserva Indígena Waiãpi; Parque Indígena do Tumucumaque; Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque; Estação Ecológica do Jari; Glebas Particulares do Jari Celulose e áreas de proteção permanentes. A presença dessas unidades de conservação confere a Laranjal do Jari o título de município mais protegido do planeta.



Figura 6 – Palafitas construídas sobre o rio Jari

O documento destaca também que o crescimento populacional do município de Laranjal do Jarí não foi acompanhado por um desenvolvimento que pudesse suprir as necessidades da população, que convive com os mais graves problemas sociais, tais como: ausência de saneamento básico; transporte; vias de acesso (Fig. 7); segurança habitacional; falta de trabalho e renda; violência urbana e criminalidade; exploração sexual infanto-juvenil; situação de subtrabalho entre outros problemas sociais que desafiam a sociedade local na luta pela inclusão social e desenvolvimento sustentável.



Figura 7 – Bicletário sobre o rio Jari.

Dados do documento apresentado ao Ministério da Educação pela prefeitura Municipal de Laranjal do Jari de Implementação da Escola Técnica Federal na cidade pólo de Laranjal do Jari (2007) informa que o saneamento básico apresenta características de acordo com a tabela 2.

Tabela 2 – Dados do saneamento básico em Laranjal do Jari, 2007.

Aspectos do saneamento básico	Usos	%
Tratamento de água consumida	Tem água encanada	91,4
	Retiram água do poço	5,2
	Retiram água do rio	1,5
	Tratam com hipoclorito	63,1
	Usam o filtro	10,5
	Não tratam a água consumida	16,3
	Fervem	2,7
	Compram água mineral	0,9
Tratamento do esgoto sanitário	Usam fossa séptica	36,4
	Despejam os dejetos a céu aberto	29,6
	Despejam no rio ou córrego	22,4
	Depositam em fossas negras	10,6
Coleta de lixo nos domicílios	Tem coleta regular	76,4
	Enterram o lixo	45,5
	Jogam no rio	13,7
	Depositam em terrenos vazios	3,0
	Usam outras formas de coleta	0,4

Fonte: Proposta de Implementação da Escola Técnica Federal na cidade pólo de Laranjal do Jari, 2007

Na fisiografia do município de Laranjal do Jari destacam-se as bacias hidrográficas dos rios Jari e Cajari, além da presença de um domínio natural: domínio da floresta densa de terra firme (aproximadamente 7.791,30 km²), destacando as tipologias de floresta densa de baixos platôs; essências madeiráveis, resiníferas, oleaginosas, laticíferas, fibrosas, medicinais e frutíferas; baixa fertilidade natural dos solos e maior área de distribuição da castanha-do-brasil no Estado.

Ainda apresenta outras condições particulares, como a presença de unidades geológicas com vocação mineral; riqueza de cachoeiras e corredeiras do rio Jari; presença de terraços aluviais no alto curso do rio Jari; presença de seqüências latossólicas/podzólicas, indicadas para práticas agroflorestais e seqüências localizadas de relevo acidentado.

Quanto ao aspecto educacional, o município de Laranjal do Jari abriga estabelecimentos de ensino, nos seguintes níveis de ensino público: educação básica e educação superior, faltando a implantação da educação profissional.

Devido a urgente necessidade de desenvolvimento organizado e capacitação de mão de obra especializada, o município de Laranjal do Jari apresenta características peculiares para inserção do Instituto Federal do Amapá.

Nesse aspecto, o Instituto Federal do Amapá se propõe a colaborar para a dinamização, a diversificação e a otimização de oportunidades de ensino para a população local e da circunvizinhança.

3.4.2. Audiência pública

Uma das etapas deste trabalho diz respeito às informações obtidas da comunidade laranjalense em audiência pública, realizada na Associação dos Comerciantes de Laranjal do Jari - ASSILAJ, no dia 22 de abril de 2008, às 17h25. A presença dos 435 participantes, dos quais 12 eram autoridades, foi registrada através da assinatura de uma folha de frequência (Fig. 8). Este evento antecedeu a definição dos cursos a serem oferecidos pela Escola Técnica Federal do Amapá –ETFAP, no município de Laranjal do Jari, não se excluindo deste enfoque, a situação atual em relação aos aspectos econômicos, sociais e ambientais do município em estudo. No encontro foram prestadas diversas informações sobre a implantação da ETFAP no município de Laranjal do Jari, destacando a necessidade e a importância desta instituição para o município e região.



Figura 8 – Comunidade assinando lista de frequência na audiência pública

A sessão foi aberta pelo Secretário Especial da Governadoria, Sr. Alberto Góes, representante legal do Governador do Estado. A primeira pessoa a se pronunciar foi o Secretário Municipal de Educação, Sr. Cléber Cardoso, ocasião em que destacou a importância da audiência pública, afirmando que “a sociedade é co-responsável em envidar esforços para este grande projeto”.

O gerente da Empresa NDR Empreendimentos Florestais, Sr. Moisés Souza, afirmou ser um dos interessados pela implantação da Escola Técnica Federal no município de Laranjal do Jari, uma vez que os funcionários da empresa citada residem no local.

O diretor geral da Escola Técnica Federal do Amapá, Prof. Emanuel Alves de Moura parabenizou o município de Laranjal do Jari, por se tratar de um dos 340 a ser contemplado com uma instituição deste porte e classificou a parceria entre os governos como decisivos para a consolidação da referida escola no município.

Durante a audiência pública, o histórico, desafios e experiências da Escola Técnica Federal foram apresentados, de forma sucinta, pelo vice-diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, Prof. João Antonio Pinto. Salientou que a rede tecnológica evoluiu através da criação de diversos cursos e pesquisas, beneficiando aqueles que estavam à margem da sociedade. Ressaltou ainda a necessidade da parceria da sociedade com as entidades locais, afirmando: “só podemos mudar a Amazônia e torná-la não mais vitrine de outros países com conhecimento e pesquisa”, colocando-se à disposição para colaborar com a Escola Técnica de Laranjal do Jari.

O Sr. Dalberto Oliveira, delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário lembrou que 60 % da população do município de Laranjal do Jari é composta de jovens, o que resulta a responsabilidade de proporcionar a essa camada da população, um futuro melhor. Esclareceu que “quando não se investe na Educação, tornamos os pobres mais pobres e que só a Educação pode mudar isso”, e concluiu desejando que “a Escola Técnica seja uma fábrica de homens e mulheres comprometidos com o futuro, e que seja, de fato, uma fábrica de esperança”.

Em pronunciamento do Secretário Estadual de Educação, o Sr. Adauto Bittencourt afirmou que as autoridades estavam ali para ouvir as sugestões dos municípios e que os cursos devem “nascer neste momento”. Afirmou ainda que, num futuro muito próximo o município de Laranjal do Jari estará “exportando” mão de obra especializada.

Representantes de entidades sindicais, trabalhadores, empresários, secretários municipais, vereadores e comunidade em geral também participaram da audiência pública, que foi conduzida pelo Secretário de Educação do Estado do Amapá (Fig. 9). Os trabalhos foram divididos em três blocos de perguntas e respostas, obedecendo ao tempo estabelecido de 1(um) minuto para perguntas e 2 (dois) minutos para a resposta.



Figura 9 – Composição da mesa da audiência pública em Laranjal do Jarí

Dentre os questionamentos apresentados no primeiro bloco, foram feitas perguntas por professores, alunos, pessoas ligadas a associações de bairros e funcionários públicos, sobre os seguintes assuntos: quem será o diretor da escola, como será o processo seletivo para ingressar na escola, quem fiscalizará o processo de implantação, como serão preenchidas as vagas dos cargos e sobre cursos preparatórios.

Esse bloco de perguntas foi respondido pelo Secretário de Educação do Estado, afirmando que a direção da instituição será ocupada por um servidor da própria escola e que o ingresso será mediante processo seletivo tanto para alunos quanto para servidores, inclusive a comunidade laranjalense, a partir de um concurso público, como acontece em todo o país.

Quanto à realização de cursos preparatórios, o Secretário Municipal de Educação informou que é possível, a partir de parceria entre Prefeitura e Governo do Estado, a criação de cursinhos proporcionando melhores condições aos moradores da região a fim de concorrerem às vagas ofertadas.

No segundo bloco de perguntas surgiram dúvidas sobre os seguintes assuntos: onde e quando será construída a Escola Técnica Federal de Laranjal do Jari, se é possível fazer curso quem já concluiu o Ensino Médio, quando será o processo seletivo e quem o conduzirá, quais os cursos a serem oferecidos e suas respectivas durações.

Sobre essas indagações, a população foi informada que a Prefeitura está disponibilizando duas áreas com 7 hectares cada uma, para que sejam feitos estudos de viabilização e que posteriormente haverá o processo de licitação e construção. Quanto ao grau de escolaridade exigido para ingresso na Escola Técnica Federal de Laranjal do Jari, foi esclarecido que, a princípio, será para aqueles que concluíram o Ensino Fundamental e, em anos posteriores, para os que concluíram o Ensino Médio.

Ficou esclarecido ainda que não haverá intervenção política no processo seletivo e que esta audiência pública servirá de base para a escolha dos cursos a serem oferecidos pela Escola Técnica Federal de Laranjal do Jari.

O terceiro bloco agrupou perguntas sobre as parcerias entre o Projeto da Escola Técnica Federal de Laranjal do Jari e as empresas do Vale do Jari, existência de bolsas de estudo e a participação do Conselho Municipal de Educação no processo de inserção.

Foi ressaltada a necessidade de parcerias para que haja crescimento e fortalecimento institucional. Quanto às bolsas de estudo, o vice-diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará afirmou que isso é previsto no orçamento e enfatizou a participação da comunidade no processo através do Conselho Diretor da Escola Técnica Federal de Laranjal do Jari, que tem representações de diversas categorias.

O Secretário Municipal de Educação, Sr. Cléber Cardoso, salientou que a parceria do pólo de Almeirim, Monte Dourado e Munguba já é uma realidade, pois algumas empresas já firmaram parceria e outras já estão discutindo a possibilidade em seus conselhos gestores.

Houve, no decorrer da audiência pública, apresentação de carta-proposta de cursos e intervenções para justificativas de cursos, como: Saneamento e Edificações, Turismo, Saúde e Agricultura Familiar.

A prefeita encerrou os trabalhos, destacando a notoriedade e dimensão obtida pela Escola Técnica Federal de Laranjal do Jari e teceu agradecimento pela presença de todos.

Foi possível perceber a preocupação das autoridades presentes em responder aos questionamentos feitos durante a audiência pública, recomendando ao gestor alguns aspectos regionais no processo de inserção da Escola Técnica Federal de Laranjal do Jari.

Apesar da platéia ser bastante heterogênea, buscou-se uma apresentação de linguagem simples, de forma que fosse possível a compreensão dos aspectos abordados por pessoas de pouca instrução.

Considerando que a totalidade dos residentes no município de Laranjal do Jari, à época da realização da audiência pública, era de 37.491 habitantes e levando-se em conta que o total de participantes da audiência foi de 423 pessoas, verifica-se que o percentual de representatividade em relação à população do município é de 1,13 %, consistindo em considerável índice de envolvimento (presença) da população no referido evento.

A presença significativa da população (Fig. 10) deveu-se à razão de a maioria dos presentes residir na zona urbana do próprio município e do empenho que a prefeitura dedicou para a realização da audiência pública, convidando a população, através de afixação de faixas, distribuição de convites impressos e anúncios em carro de som e rádios locais, no dia do evento.



Figura 10 – Público presente na audiência pública em Laranjal do Jari

Vale destacar que foram contabilizadas 423 pessoas presentes na audiência pública, no entanto, no relatório consta um total de 725 indicações de cursos técnicos, superior e de extensão. Esse fato pode ser explicado de duas maneiras: a) 302 pessoas presentes não assinaram a folha de frequência; ou b) 302 pessoas presentes opinaram mais de uma vez.

3.4.2.1. Cursos técnicos

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos é um instrumento que apresenta a oferta de cursos técnicos e suas respectivas características, as atividades desempenhadas pelo técnico, área de atuação, infraestrutura recomendada e carga horária mínima.

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), o curso técnico é um curso de nível médio com objetivos de capacitar o aluno nas diversas atividades do setor produtivo, acessar ao mercado de trabalho, além de proporcionar a requalificação ou reinserção de trabalhadores no setor produtivo.

A rede federal oferece o curso técnico em três modalidades de ensino: integrada, subsequente e concomitante. Na forma integrada, o aluno, com uma única matrícula, tem acesso ao currículo que associa os conhecimentos do ensino médio à educação profissional.

Na modalidade concomitante, o aluno tem duas matrículas, sendo uma de educação profissional na instituição e outra poderá ser efetivada, em escola de outro sistema de ensino, pois oferece uma complementaridade entre o curso técnico e o ensino médio.

A modalidade subsequente é ofertada ao aluno que já possui o ensino médio.

A construção do projeto pedagógico institucional e dos planos de cursos seguem as orientações norteadoras das Diretrizes e dos Referenciais Curriculares Nacionais para os Cursos pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que definem os princípios, critérios e competências gerais do técnico, tecnólogo, bacharel e licenciado e que defendem a existência de uma matriz curricular com funções sociais, políticas e educativas discutidas com base na existência de uma instituição que veicula um conhecimento que é oficial e formal.

Para tanto, é necessário construir uma proposta curricular que ultrapasse o limite das disciplinas convencionais e que se construa, na perspectiva da integração disciplinar e interdisciplinar, um currículo que articule projetos transdisciplinares e ações disciplinares, visando explorar as potencialidades multidimensionais da educação, para superar a visão utilitarista do ensino, para desenvolver as capacidades de pensar, sentir e agir dos educandos e para realizar o objetivo da educação integral.

Nesse sentido, os princípios orientadores para os cursos técnicos, sob a perspectiva da formação *humanística*, que articule a dimensão profissional com a sócio-política mediante uma ação autônoma nos espaços produtivos e sociais, devem ser pautados nos seguintes pontos:

- trabalho pedagógico como foco formativo;
- sólida formação teórica em todas as atividades curriculares;
- ampla formação cultural;
- diversidade do conhecimento, com o objetivo de atualizar, modificar e integrar as ações da comunidade;
- criação de experiências curriculares que permitam o contato dos alunos com a realidade concreta, desde o início do curso;
- incorporação da pesquisa como princípio de formação;

- possibilidade de vivência, pelos alunos, de formas da gestão democrática;
- desenvolvimento do compromisso social e político da docência;
- compromisso com a democracia, a educação e a justiça social, incrementando a sua inserção social e articulando-se no espaço local e global;
- melhoria da qualidade educacional e atenção privilegiada à qualificação formal e social das pessoas, proporcionando o desenvolvimento de ações políticas e administrativas pertinentes à sua missão;
- avaliação permanente dos cursos e acompanhamento contínuo das ações que configuram o trabalho institucional, entendidas como de responsabilidade coletiva a serem conduzidas à luz do projeto político-pedagógico de cada curso; e
- qualidade do cumprimento de suas ações, modernizando os processos de trabalho e adequando a estrutura organizacional de recursos humanos, físicos, gerenciais e tecnológicos às exigências de sua missão acadêmica, técnica e administrativa.

Os principais cursos técnicos solicitados na audiência pública são apresentados na tabela 3, seguindo a ordem de preferência, o eixo tecnológico, a quantidade de optantes e respectivos percentuais.

Tabela 3 – Cursos técnicos solicitados em audiência pública, em ordem de preferência.

Ordem	Eixo Tecnológico	Cursos Técnicos	Quant.	%
1	Informação e Comunicação	Técnico em Informática	81	11,2
2	Recursos Naturais	Técnico em Agricultura	67	9,2
3	Controle e Processos Industriais	Técnico em Eletrotécnica	54	7,4
4	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico em Enfermagem	53	7,3
5	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico em Meio Ambiente	44	6,1
6	Gestão e Negócios	Técnico em Contabilidade	25	3,4
7	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico em Segurança do Trabalho	23	3,2
8	Hospitalidade e Lazer	Técnico em Guia de Turismo	19	2,6
9	Recursos Naturais	Técnico em Florestas	13	1,8
10	Recursos Naturais	Técnico em Geologia	11	1,5
11	Gestão e Negócios	Técnico em Secretariado	10	1,4
12	Produção Industrial	Técnico em Celulose e Papel	9	1,2
13	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico em Radiologia	8	1,1
Outros cursos			152	21,0
TOTAL			569	78,4

Foram sugeridos outros cursos técnicos (152 pessoas), porém com uma ou duas indicações. A figura 11 apresenta os cursos técnicos sugeridos na audiência pública agrupados em eixos tecnológicos.

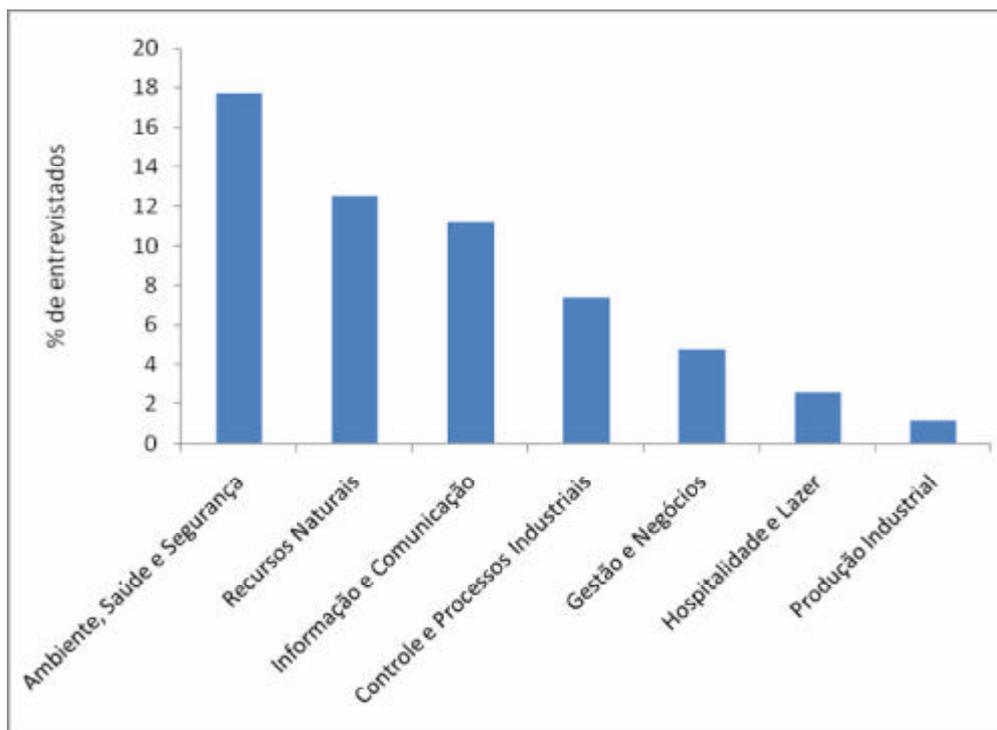


Figura 11 – Cursos técnicos agrupados em eixos tecnológicos.

3.4.2.1.1. Ambiente, Saúde e Segurança

Do eixo tecnológico que trata das áreas de Ambiente, Saúde e Segurança, os cursos mais sugeridos na audiência pública foram Técnico em Enfermagem (7,3 %), Técnico em Meio Ambiente (6,1 %), Técnico em Segurança do Trabalho (3,2 %) e Técnico em Radiologia (1,1 %), totalizando 17,7 % do total.

Este eixo compreende ações associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação dos recursos ambientais e utilização da natureza, além da segurança de pessoas, avaliação de risco e programas de educação ambiental.

O Curso Técnico em Enfermagem atua na prevenção, recuperação e reabilitação dos processos saúde–doença. Colabora com o atendimento das necessidades de saúde dos pacientes e comunidade, em todas as faixas etárias, podendo o profissional, atuar em hospitais, clínicas, postos de saúde, empresas e domicílios.

Acredita-se que o curso técnico em enfermagem foi solicitado devido à necessidade de atendimento na área de saúde em todo o município, considerando as zonas urbana e rural, uma vez que a sede do município de Laranjal do Jari tem apenas um hospital para atender às necessidades da população.

O técnico em meio ambiente coleta, armazena e interpreta dados ambientais, colabora na elaboração de estudos ambientais, auxilia na elaboração, acompanhamento e execução de sistemas de gestão ambiental, identifica as intervenções ambientais, analisa suas consequências e operacionaliza a execução de ações e seus efeitos no meio ambiente, podendo atuar em instituições públicas, privadas e do terceiro setor, estações de tratamento de resíduos e unidades de conservação ambiental.

A solicitação do curso técnico em meio ambiente pela população, deve-se ao fato da necessidade de resolução do principal problema ambiental: a poluição do rio Jari.

O técnico em radiologia realiza exames radiográficos convencionais, prepara o paciente e o ambiente para a realização de exames nos serviços de radiologia e diagnóstico por imagem. Atua em serviços de radiologia e diagnóstico por imagem em hospitais, clínicas, unidades básicas de saúde.

A solicitação do curso técnico em radiologia pela população deve-se ao fato da carência de mão de obra qualificada para atender às necessidades do único hospital localizado na sede do município.

O técnico em segurança no trabalho atua em ações preventivas nos processos produtivos, desenvolve ações educativas na área de segurança do trabalho e orienta o uso de equipamentos de proteção individual e equipamentos de proteção coletiva. Este profissional pode atuar em instituições públicas e privadas, fabricantes e representantes de equipamentos de segurança.

A existência de indústrias em municípios do vale do Jari justifica a solicitação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, com o objetivo de absorver os jovens da região no mercado de trabalho local.

3.4.2.1.2. Recursos naturais

Os cursos técnicos solicitados, relacionados no eixo tecnológico de Recursos Naturais, abrangem os cursos Técnico em Agricultura (9,2 %), Técnico em Floresta (1,8 %) e Técnico em Geologia (1,5 %), perfazendo um total de 12,5 %. Esta solicitação pode ser justificada por se tratar de um município localizado na floresta amazônica e o seu entorno ser conhecido pela diversidade de plantas medicinais e exóticas existentes na região, além de riquezas minerais ainda não exploradas.

O curso técnico em agricultura capacita o estudante quanto ao planejamento, execução e monitoria das etapas da produção agrícola em empresas de produção, consultoria agrícola, instituições de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, além de comércio de equipamentos e produtos agrícolas. Este curso está diretamente relacionado com a necessidade da floresta amazônica, no que tange ao exercício da agricultura sustentável.

O curso técnico em floresta abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais, visando à qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social.

A escolha do curso Técnico em Floresta indica que a população laranjalense está preocupada com a preservação florestal. Percebe-se que a solicitação deste curso demonstra uma preocupação com a capacitação de pessoas que orientem a prática florestal de menor impacto ambiental, administrem unidades de conservação e de produção florestal, atuem na preservação e conservação ambiental de projetos florestais, além de fiscalizar e monitorar a fauna e a flora silvestres.

Outro indicativo da escolha do curso técnico em floresta é a possibilidade de atuação no complexo Jari Celulose, cuja indústria produtora de papel e celulose está localizada em município vizinho (Monte Dourado, Almeirim-PA), distante 1 km do município de Laranjal do Jari (Fig. 12).



Figura 12 – Fronteira dos municípios de Laranjal de Jari-AP e Monte Dourado-PA
Fonte: Jari Celulose S.A., 2007.

O curso técnico em geologia é de suma importância para o desenvolvimento do município de Laranjal do Jari, pois auxilia na caracterização de minérios e nos projetos de identificação, qualificação e quantificação de ocorrências minerais. Aplica normas técnicas no tocante a medidas de controle e proteção ambiental e à segurança do trabalho.

O técnico em geologia está habilitado para trabalhar em empresas de mineração e de petróleo, empresas de equipamentos de mineração e de consultoria, além de centros de pesquisa em mineração.

Atualmente a exploração de minérios na floresta amazônica é realizada de forma desordenada, necessitando de pessoas capacitadas para a realização deste tipo de atividade de forma sustentável.

3.4.2.1.3. Informação e comunicação

Das solicitações de cursos sugeridas em audiência pública, 569 pessoas optaram pelo nível técnico, das quais 81 pessoas (11,2 %) escolheram o curso técnico em informática, inserido no eixo tecnológico da informação e comunicação do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT, 2007), que compreende tecnologias relacionadas à comunicação e processamento de dados e informações, seguindo a tendência atual de crescimento do segmento da informação.

O mercado de trabalho para egresso do curso técnico de informática é formado por instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem sistemas computacionais, especialmente envolvendo programação de computadores.

3.4.2.1.4. Controle e processos industriais

Dos cursos apresentados no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT, 2007), no eixo tecnológico de controle e processos industriais, que compreende tecnologias associadas aos processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos, o curso técnico em

eletrotécnica foi escolhido por 54 pessoas (7,4 %). Esse eixo tecnológico abrange ações localizadas predominantemente no segmento industrial.

O técnico em eletrotécnica atua no planejamento e execução da instalação e manutenção de equipamentos e instalações elétricas, participa na elaboração e no desenvolvimento de projetos de instalações elétricas e de infraestrutura para sistemas de telecomunicações em edificações, executa a instalação e manutenção de iluminação e sinalização de segurança.

O campo de atuação é amplo, como concessionárias de energia elétrica, prestadoras de serviço, indústrias em geral, nas atividades de manutenção e automação e indústrias de fabricação de máquinas, componentes e equipamentos elétricos.

É importante ressaltar que, dentre outros cursos que foram sugeridos pela comunidade para a Escola Técnica Federal do Amapá, em Laranjal do Jari, 28 pessoas escreveram a palavra eletricitista, o que pode indicar que houve um equívoco quanto à diferença das atividades realizadas pelo técnico em eletrotécnica e da pessoa que tem habilidades para trabalhar com instalações elétricas.

3.4.2.1.5. Gestão e negócios

O eixo tecnológico apresenta aspectos relativos à qualidade, produtividade e competitividade das organizações. Abrange ações de planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações públicas ou privadas de todos os portes e ramos de atuação.

Dentre os cursos integrantes do eixo tecnológico de gestão e negócios apenas o curso técnico em secretariado destacou-se com 10 pedidos (1,4 %) na audiência pública. O técnico em secretariado estará habilitado em estabelecer os canais de comunicação da chefia ou direção com interlocutores, internos e externos, em língua nacional e estrangeira, além de preencher e conferir documentação de apoio à gestão organizacional.

Devido à presença de instituições públicas, privadas e do terceiro setor, além de indústria e comércio situadas no município de Laranjal do Jari, este curso habilitará profissionais que programem ações relacionadas à gestão pública e empresarial com eficiência.

3.4.2.1.6. Hospitalidade e lazer

O eixo tecnológico referente aos cursos de hospitalidade e lazer compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, entretenimento e interação. Abrange os processos tecnológicos de operação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer.

As atividades compreendidas neste eixo referem-se ao lazer e aos eventos integrados ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais.

O técnico em guia de turismo orienta, assiste e conduz pessoas ou grupos durante traslados, informa sobre aspectos relativos ao local visitado, apresentando opções de roteiros e itinerários turísticos disponíveis. Atua em agências de viagem e operadoras, organismos turísticos públicos ou privados e de forma autônoma.

A solicitação deste curso é justificada devido à existência da cachoeira de Santo Antônio, com 28 metros de altura, no município de Laranjal do Jari constituindo um dos belos monumentos naturais da Amazônia, além da Reserva Extrativista do Rio Cajari que apresenta diferentes ambientes naturais da região, possibilitando o conhecimento do estilo de vida de uma população preocupada com o uso sustentável dos recursos naturais.

O técnico em guia de turismo também tem a oportunidade de conduzir pessoas ao município de Laranjal do Jari durante o festival da castanha-do-brasil, evento criado com o objetivo de chamar a atenção para a questão extrativa desse produto natural, principalmente para apresentar os êxitos obtidos com as mudanças ocorridas no processo de comercialização.

3.4.2.1.7. Produção industrial

O eixo tecnológico de produção industrial foi solicitado por 9 pessoas (1,2 %), principalmente o curso técnico em celulose e papel. Este eixo compreende tecnologias relacionadas aos processos de transformação de matéria-prima.

O curso técnico em celulose e papel colabora nos processos de obtenção da celulose e de fabricação de papel, no controle e operação de plantas relacionadas com a celulose e fabricação de papel, realiza ensaios e análises de matérias-primas e produtos, avalia o impacto ambiental dos materiais e processos utilizados na obtenção da celulose e fabricação de papel.

O profissional técnico em celulose e papel atua em indústrias gráficas e de celulose e papel, empresas fornecedoras de matérias-primas e equipamentos para a indústria da área e empresas de comercialização de papel, cartão e papelão.

Quanto à atuação desse profissional em Laranjal do Jari, entende-se que supriria a necessidade de atuação na Empresa Jari Celulose, localizada em Monte Dourado, município de Almeirim-PA, além de outras empresas com carência de profissional em toda a região norte do país.

3.4.2.2. Curso superior de tecnologia

O curso superior de tecnologia é um curso de graduação que abrange métodos e teorias orientadas a investigações e aperfeiçoamentos tecnológicos com foco nas aplicações dos conhecimentos a processos, produtos e serviços. Os graduados nos cursos superiores de tecnologia são profissionais qualificados para a produção e a inovação científica, tecnológica e gestão de processos de produção de bens e serviços.

O Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia é um documento, direcionado a alunos, instituições de ensino superior, sistemas de ensino e público em geral, que reúne denominações de cursos superiores de tecnologia, e outras descrições importantes para o funcionamento desses cursos. O Catálogo contribui para uma maior visibilidade e o reconhecimento público e social dessas graduações.

Em audiência pública a população laranjalense solicitou os cursos superiores constantes na tabela 4. Porém, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia não apresenta cursos com esta nomenclatura.

Tabela 4 – Cursos de graduação solicitados em audiência pública, em ordem de preferência.

Ordem	Cursos de Graduação	Quantidade	%
1	Mecânica	75	9,96
2	Química	25	3,32
3	Administração	24	3,19
4	Arquitetura e Urbanismo	14	1,86
TOTAL		138	19,03

Acredita-se que a nomenclatura de cursos utilizada no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia ainda não seja conhecida pela maioria da população laranjalense, uma vez que os cursos de mecânica, química, administração e arquitetura e urbanismo não são sugeridos no Catálogo Nacional de Curso Superior de Tecnologia. Recomenda-se que haja uma explicação detalhada do perfil do profissional e do campo de atuação de cada curso, para que a escolha dos cursos seja feita de acordo com o CNCST e a necessidade local.

Os cursos constantes no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia que mais se aproximam dos cursos solicitados na tabela 4 são apresentados na tabela 5 com nomenclaturas similares.

Tabela 5 – Cursos solicitados na audiência pública e respectivos cursos constantes no Catálogo Nacional de Cursos Superiores.

Cursos de Graduação	Cursos do CNCST
Mecânica	Manutenção Industrial ou Processos Metalúrgicos
Química	Processos Químicos ou Polímeros
Administração	Gestão de Recursos Humanos ou Gestão da Qualidade ou Gestão Pública ou Processos gerenciais
Arquitetura e Urbanismo	Design de Interiores ou Conservação e Restauro

3.4.2.3. Cursos de extensão

Outros cursos foram solicitados, de acordo a tabela 6, apresentando-se com características próprias de extensão por tratar-se de cursos de curta duração, cursos de formação inicial e continuada – FIC, porém que atendem a comunidade através de especialização técnica, atualização científica e aperfeiçoamento e qualificação profissional.

Tabela 6 – Cursos de extensão solicitados em audiência pública, em ordem de preferência.

Ordem	Cursos de Extensão	Quant.	%
1	Eletricista	28	3,72
2	Língua Estrangeira	19	2,52
3	Laboratorista	7	0,93
4	Torneiro Mecânico	6	0,80
5	Soldador	5	0,66
TOTAL		65	8,97

A extensão, no Instituto Federal do Amapá, *campus* Laranjal do Jari, deverá ser tratada como um processo dinâmico educativo que integre a educação nos âmbitos cultural, social, científico e tecnológico de maneira que facilite o acesso da sociedade ao IFAP, com o objetivo de participar da construção do conhecimento a ser difundido, seja através da sistematização ou ainda pelo estudo do conhecimento universal disponível.

A relação do IFAP com a comunidade deverá ser fortalecida através das ações de extensão, oferecendo ações sociais que priorizem a superação das condições de desigualdade e exclusão existentes e, na medida em que socializa seu conhecimento e disponibiliza seus serviços, exercer a responsabilidade social que lhe compete, e efetiva o compromisso assumido com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos laranjalenses por meio da educação.

3.4.3. Entrevistas

Os resultados das 36 entrevistas são apresentados por segmento, a saber: 5 gestores públicos (prefeita e secretários municipais), 10 profissionais da educação (diretores de escola e professores do ensino fundamental e médio), 6 políticos (vereadores), 4 sindicalistas (sindicatos, cooperativas e associações), 8 empresários (donos e gerentes de empresas locais) e 3 radialistas.

3.4.3.1. Gestores públicos

São considerados gestores públicos, a prefeita (Fig. 13) e secretários municipais (Fig. 14), dos quais quatro foram entrevistados. Todos afirmaram existir problemas ambientais em Laranjal do Jari, no entanto os projetos ambientais existentes não são de conhecimento público e nem tão pouco dos demais gestores, apenas de alguns deles, ou seja, são projetos individuais que nunca saíram do plano das intenções.



Figura 13 – Entrevista com a prefeita de Laranjal do Jari



(a)



(b)

Figura 14 – Entrevista com secretários municipais: (a) Secretário de Obras; (b) Secretária de Educação

O problema ambiental que mais preocupa os gestores é a poluição do rio Jari, uma vez que a maioria das residências populares são palafitas construídas sobre o rio e cujos resíduos são lançados na mesma água que usam para a higiene pessoal.

Quanto à infraestrutura, os gestores públicos afirmam que os dois grandes problemas que impedem o desenvolvimento de Laranjal do Jari são: saneamento básico, resultando na poluição do rio e, prioritariamente, a precariedade das vias de acesso dificultando a instalação de outros empreendimentos na região e o escoamento da produção.

Há divergência de opinião no tocante à atividade econômica com possibilidade de expansão, quando apontaram todas as opções indicadas: comércio e serviços, indústria, extrativismo e agricultura.

A audiência pública realizada no dia 22 de abril de 2008 serviu de base para que os gestores públicos afirmassem que a comunidade participa de forma regular no processo de planejamento das ações públicas. Há necessidade que o gestor público entenda a abrangência do termo planejamento, uma vez que envolve vários fóruns de discussão, incluindo audiência pública, tomada de decisão e efetivação da ação.

Quando indagados sobre a questão social enfrentada no município de Laranjal do Jarí, os gestores públicos afirmaram que a prostituição diminuiu e que, hoje, os principais problemas são: a falta de atendimento médico e o desemprego, este último justificado pela dificuldade que as empresas tem em se instalar na região por causa das vias de acesso, podendo resultar novamente em aumento da prostituição, conforme afirma um entrevistado: “a prostituição é fator preocupante pois, se as adolescentes não tem o que comer (o pai não está empregado), escolhe o caminho da venda do corpo”.

Sobre a inserção do IFAP, todos são unânimes da grande contribuição social que o Instituto Federal trará para o desenvolvimento do município, principalmente na qualificação da mão de obra, que, segundo eles, é primordial para minimizar o problema do desemprego local.

Segundo os gestores públicos, os cursos técnicos em secretariado e informática atendem (a curto prazo) às necessidades locais, porém sugeriram cursos técnico de gestão, turismo e agropecuária para serem oferecidos futuramente.

3.4.3.2. Profissionais da educação

Os profissionais da educação entrevistados (Fig. 15) reconhecem a existência de problemas ambientais no município de Laranjal do Jari, apontando a poluição do rio e a falta de coleta de lixo como os mais preocupantes. Todos afirmam desconhecer qualquer projeto ambiental em execução.



Figura 15 – Profissionais da educação respondendo o questionário.

O saneamento básico é considerado o mais grave problema de infraestrutura pelo segmento educacional, seguido das vias de acesso. Apenas 20 % dos entrevistados apontaram dificuldades na rede pública de ensino. Considerando que os profissionais da educação vivenciam os aspectos estruturais, pedagógicos e de gestão nas escolas, pode-se afirmar que a rede pública de ensino não é o principal problema no município de Laranjal do Jari.

Quanto ao potencial econômico com possibilidade de expansão no município laranjalense, o comércio e serviços apresentam melhores condições, seguido do extrativismo vegetal.

Um entrevistado não respondeu a prioridade que o poder público deveria contemplar para o desenvolvimento do município. Os demais apontaram a melhoria na qualidade da educação e melhoria na infraestrutura como prioritárias. Neste caso, para os profissionais da educação, a qualidade deve ser compreendida pelo poder público como agente transformador da sociedade, pois em depoimento, afirmam: “A educação é a base de tudo”.

Este segmento afirmou que a sociedade participa de alguma forma (participação regular ou mínima) nas decisões públicas.

O desemprego constitui um problema social muito grave, segundo os profissionais da educação, seguido do aspecto residencial, por se tratar de grande quantidade de palafitas que abrigam a maior parte dos moradores de Laranjal do Jari. A falta de vagas nas escolas não é fator preocupante para estes profissionais.

Metade dos entrevistados conhece alguma escola da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica. No entanto, todos afirmam ser de grande contribuição social para o município a inserção de uma escola desta magnitude. Consideram ainda que o Instituto elevará a escolaridade da população, qualificará a mão de obra, abrirá novas frentes de trabalho e manterá o jovem na comunidade.

Na opinião dos profissionais de educação, os cursos técnicos em informática e secretariado são considerados relevantes para o município. Pode-se afirmar que este segmento apresenta-se muito preocupado com o meio ambiente quando sugerem cursos técnicos relacionados aos aspectos de preservação e gestão ambiental, engenharia florestal e reciclagem de lixo, além de considerarem que empresas com atividades na extração vegetal e meio ambiente podem aproveitar o potencial natural existente na região.

3.4.3.3. Políticos

Na opinião dos políticos (vereadores) os principais problemas ambientais em Laranjal do Jari são: desmatamento e poluição dos rios, ao mesmo tempo afirmam desconhecer projetos relacionados às questões ambientais. Este segmento entende que o saneamento básico é o principal problema estrutural do município.

A agricultura, segundo os vereadores, é a atividade econômica que apresenta maior perspectiva de expansão, uma vez que há necessidade de produção regional. Questionados sobre as prioridades a serem contempladas nas políticas públicas, afirmaram que a melhoria da qualidade da educação e o incentivo fiscal são considerados de suma importância para o desenvolvimento do município.

Para os vereadores a participação da população é mínima quando se trata do processo de planejamento das ações públicas. Acredita-se que a percepção dos vereadores quanto à participação da população não se restringe apenas à frequência à audiência pública, pois afirmaram: “a população participa das audiências, no entanto não tem outra oportunidade de opinar”.

O desemprego foi apontado como o principal problema social devido à pequena quantidade de empresas instaladas na região. Os vereadores laranjalenses, por acreditarem na contribuição social trazida pelo IFAP para o município, afirmam com veemente certeza que a inserção desta instituição no município de Laranjal do Jari oportunizará a qualificação da mão de obra, além de contribuir com a abertura de novas frentes de trabalho.

Houve uma diversidade de cursos técnicos solicitados pelos vereadores: segurança do trabalho, agrícola, instrumentação, eletrotécnica, química e automação industrial. Esses cursos

são justificados para que “as empresas existentes possam absorver mão de obra de Laranjal do Jari e não precisar trazer gente de fora, como normalmente fazem”.

Para os vereadores as empresas relacionadas ao processo da castanha-do-brasil e do açai deveriam ser estimuladas a implantarem filiais no município.

3.4.3.4. Sindicalistas

Os quatro sindicalistas entrevistados afirmaram existir problemas ambientais em Laranjal do Jari, dos quais 2 (dois) apontaram a poluição do rio como sendo o mais grave, os outros dois informaram existir problemas de desmatamento e falta de coleta de lixo: “o lixo fica jogado na rua, não tem uma coleta regular e as vezes aparecem até urubus”. Os sindicalistas desconhecem projetos ambientais em desenvolvimento para a solução destes problemas.

As vias de acesso ao município foram apontadas como o principal problema relacionado à infraestrutura para o desenvolvimento de Laranjal de Jari, seguido do saneamento básico. Para os sindicalistas, as vias de acesso dificultam o deslocamento dos trabalhadores ao local de trabalho, uma vez que as maiores fábricas localizam-se em Monte Dourado, município de Almeirim-PA. Outro problema causado pela falta de estrada, segundo os sindicalistas, é a dificuldade de escoamento da castanha-do-brasil e seus derivados: farinha (Fig. 16), óleo, biscoito (Fig. 17).



Figura 16 – Extrativista integrante da Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores do Laranjal do Jari mostrando a farinha da castanha-do-brasil embalada para comercialização.



Figura 17 – Biscoito de castanha-do-brasil

Os sindicalistas vêem no extrativismo da castanha-do-brasil a possibilidade de expansão econômica (a curto prazo) para Laranjal do Jari, porém retomam as dificuldades das vias de acesso e da energia fornecida, apontando a melhoria na infraestrutura como prioridades de políticas públicas para a região.

A participação da comunidade no planejamento das ações públicas é considerada pelos sindicalistas como regular, tomando por base a frequência na audiência pública.

O desemprego e a violência foram considerados pelos sindicalistas como problemas sociais preocupantes, pois “o desemprego leva à violência”. Afirmaram que a prostituição diminuiu por isso não consideraram problema muito grave.

Sobre o conhecimento das atividades realizadas por alguma escola integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em outra unidade da federação, os sindicalistas desconhecem, porém reconhecem a grande contribuição que o Instituto Federal do Amapá, *campus* Laranjal do Jari trará, principalmente no tocante à qualificação da mão de obra, o que beneficia a ascensão funcional do trabalhador, além da abertura de novas oportunidades de emprego.

Os cursos técnicos em informática e secretariado que serão oferecidos ainda no segundo semestre de 2010 são considerados necessários. Além desses cursos indicaram cursos relacionados à extração da castanha-do-brasil, como: curso técnico em floresta, em extrativismo sustentável, além de solicitarem cursos de extensão para eletricitistas, mecânicos e pedreiros.

3.4.3.5. Empresários

Os empresários entrevistados apontaram a poluição do rio como o principal problema ambiental existente no município de Laranjal do Jari, seguido da falta de coleta do lixo. Afirmaram desconhecer qualquer projeto ambiental em execução no município.

As vias de acesso são apontadas como o principal problema na área de infraestrutura dificultando o desenvolvimento do município, assim ressalta um dos empresários: “Não invisto na Amazônia por que não tenho condições de infraestrutura: falta estrada, energia...”

As principais atividades econômicas apontadas pelos empresários, com possibilidade de expansão, são: indústria e extrativismo, conforme afirma um dos entrevistados: “A borracha foi levada pelos estrangeiros e está acontecendo a mesma coisa com a castanha. É preciso investir, porque a castanha dá muito dinheiro.”

Diante das dificuldades apontadas pelos empresários, a melhoria na infraestrutura foi apontada como prioridade nas políticas públicas para que haja desenvolvimento no município. Acredita-se que este segmento seja o mais afetado pela dificuldade de acesso, uma vez que o custo no transporte onera o preço da matéria-prima e da produção. Esta situação preocupa os empresários entrevistados devido a problemas vivenciados anteriormente.

Afirmam ainda os empresários que a população tem participação mínima no processo de planejamento das ações públicas.

O desemprego, a violência e a falta de atendimento médico são problemas sociais preocupantes em Laranjal do Jari, segundo os empresários. Em depoimento, um empresário diz: “O problema social faz parte de uma cadeia: Nós não podemos investir mais, porque falta estrada e a energia não ajuda, com isso vem o desemprego e com o desemprego surge a violência.”

Os empresários acreditam que a inserção do IFAP no município qualificará a mão de obra existente, com isso diminuirá a busca de profissionais em outras localidades. De acordo com o depoimento de um empresário: “A educação é a saída para o jovem da região norte”.

Os cursos técnicos em informática e secretariado serão importantes, na ótica dos empresários, no entanto sugerem que o IFAP ofereça cursos relacionados à extração da castanha-do-brasil e do açaí. Neste sentido afirma um empresário: “O que falta na Amazônia são técnicos que orientem os trabalhadores, para que haja sustentabilidade, por que o produto está lá na floresta, o que falta é a técnica, a certificação da castanha e da madeira, para que os estrangeiros possam comprar”.

Quanto às empresas, os empresários citam o exemplo clássico da região: “O brasileiro quer investir e ter o retorno imediato. Veja o que aconteceu com a empresa Natura, investiu 800 milhões na comunidade e em pesquisa, por 10 anos, na floresta amazônica e hoje está tendo o resultado”.

Observa-se que os empresários laranjalenses querem investir no principal potencial natural da região, o extrativismo da castanha-do-brasil com sustentabilidade, porém encontram dificuldades na infraestrutura.

3.4.3.6. Radialistas

Os radialistas entrevistados afirmaram que existem problemas ambientais no município de Laranjal do Jari e apontaram a poluição do rio como sendo o principal deles. Este segmento da sociedade desconhece qualquer projeto ambiental em andamento. O saneamento básico foi apontado pelos 3 (três) radialistas entrevistados como principal problema de infraestrutura.

Quanto às questões econômicas, a opinião dos 3 radialistas divergiram, apontando a indústria, a agricultura e o extrativismo como oportunidades de expansão da economia local. As prioridades a serem contempladas pelo poder público, segundo os radialistas são: melhoria da infraestrutura, melhoria na qualidade da educação e incentivo fiscal para novos empreendimentos.

A participação da comunidade em relação ao processo de planejamento das ações públicas é considerada mínima.

Quanto ao conhecimento de escola pertencente à Rede Federal de Educação Profissional, 2 radialistas são ex-alunos do Instituto Federal do Pará e reconhecem que a contribuição social do IFAP em Laranjal do Jari será grandiosa, considerando a experiência e o conhecimento obtidos enquanto estudantes daquele Instituto, principalmente para a qualificação da mão de obra local.

Os cursos sugeridos pelos radialistas foram coerentes com ex-alunos de Escolas Técnicas, uma vez que apontaram curso técnico em turismo e eletromecânica, além de cursos de extensão para serem oferecidos pelo IFAP. Na percepção dos radialistas, empresas que trabalham a exploração, beneficiamento e processamento da castanha-do-brasil deveriam investir em Laranjal do Jari para o aproveitamento do potencial natural existente.

4. IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ

A Proposta Pedagógica do IFAP tem como orientação geral a concepção, a construção e a execução de planos de curso e propostas curriculares, nos três níveis da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, norteada pelos seguintes princípios: a) Os Constitucionais e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96; e, b) Os pedagógicos, voltados para uma prática que contemple a diversidade, a autonomia, a contextualização, a flexibilidade, a interdisciplinaridade e a inclusão social.

4.1. Histórico

O Instituto Federal do Amapá -IFAP autarquia de regime especial nasce como Escola Técnica Federal do Amapá através da Lei 11.543 de 25 de outubro de 2007 passando a nova institucionalidade a partir da sua transformação em IFAP com a publicação da lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

O IFAP, com sua estrutura descentralizada pluricurricular e *multicampi*, terá os seguintes domicílios: **a)** Reitoria; **b)** *Campus* Macapá; e **c)** *Campus* Laranjal do Jari.

A partir da análise das pesquisas de demanda realizadas, foram consideradas as oportunidades e dificuldades relacionadas à implantação do IFAP, resultando nos seguintes cursos: no seu primeiro ano de atuação, em 2010, o IFAP desenvolverá suas atividades na oferta de Ensino Técnico de Nível Médio, no *Campus* Laranjal do Jari com os seguintes cursos:¹ Técnico em Secretariado e Técnico em Informática na modalidade subsequente e em 2011, o curso Técnico em Meio Ambiente, na modalidade integrada. No *Campus* Macapá serão oferecidos em 2010 os cursos de Técnico de Nível Médio em Informática e Edificações. A partir do ano de 2011, serão oferecidos os cursos Técnicos de Química e Mineração além dos cursos de Licenciaturas em Química, Informática e Cursos de Formação Pedagógica para bacharéis e tecnólogos habilitando os mesmos para atuarem como docentes nos cursos de educação básica e profissional.

Na sequência de implantação de novos cursos, sempre na perspectiva de atender os arranjos produtivos locais, o IFAP implantará Cursos Superiores de Tecnologia e Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, considerando sempre, a infraestrutura instalada, os recursos humanos disponíveis e a realidade local do Estado do Amapá.

Em observância a princípios da qualidade de seus serviços, o IFAP tenciona desenvolver um moderno modelo de gestão por meio de um sistema avançado de comunicação que, decerto, oportunizará e otimizará a participação de todos os que o integram – corpo docente, discente, técnico-administrativo, bem como de toda a sociedade amapaense. Nessa perspectiva, é coerente afirmar que será uma instituição dinâmica, em constante sintonia com o setor produtivo, promovendo a atualização sistemática dos servidores e do currículo, modernizando continuamente a sua estrutura física e organizacional, incentivando a realização da pesquisa científica e tecnológica e, principalmente garantindo o atendimento à diversidade de sua clientela.

¹ Esses cursos foram selecionados durante o processo de 2 (duas) Audiências Públicas ocorridas em 31 de março de 2008 e em 23 de abril de 2008, respectivamente, em Macapá e em 22 de abril de 2008, em Laranjal do Jari.

4.2. Áreas de Atuação Acadêmica

O Instituto Federal do Amapá atuará por meio de ações acadêmicas no ensino superior na oferta de cursos de licenciaturas, bacharelados e tecnólogos; na formação técnica de nível médio nas modalidades integrada, concomitante e subsequente e a formação inicial e continuada de trabalhadores e prestação de serviços nos seguintes eixos tecnológicos:

- Meio Ambiente;
- Gestão;
- Informação e Comunicação;
- Infraestrutura;
- Recursos Naturais;
- Controle e Processos Industriais.

O fator determinante para a atuação do IFAP em uma determinada área profissional é a perspectiva de bom atendimento que o mesmo poderá garantir no desenvolvimento da ação pretendida. Assim, para a oferta de um determinado curso, além dos procedimentos rotineiros de levantamento da demanda, da perspectiva de mercado e das condições estruturais (ambientes específicos), um ponto que é considerado refere-se ao quadro de pessoal docente e técnico-administrativo limitado quantitativamente.

O Instituto Federal do Amapá tem como missão oferecer educação básica, profissional e superior em diferentes níveis e modalidades de ensino, com substrato em um currículo que agregue a formação acadêmica à preparação para o trabalho e ao exercício da cidadania, rico de conhecimentos, princípios, valores e práticas democráticas que potencializem a ação humana em busca de uma sociedade mais justa e digna.

È, justamente, no decorrer desse processo que o IFAP, enquanto única Instituição Pública Federal de Educação Profissional no Estado do Amapá, atuará na oferta de cursos de formação profissional, nos níveis técnico e tecnológico, objetivando o cumprimento de um importante papel social no contexto do Estado, uma vez que os cursos de formação, atualização e qualificação que oferecerá, foram todos programados para serem desenvolvidos em função de demandas identificadas que visem atender, num futuro próximo, as especificidades dos arranjos produtivos do Estado.

O IFAP tem como visão de futuro o desenvolvimento do Estado do Amapá, na medida em que formará profissionais, nos níveis técnico, tecnológico e docente, atuando também na Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu* e, ainda, através de cursos de qualificação e atualização de trabalhadores para os diferentes setores do processo produtivo.

4.3. Programa de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores

O IFAP tem como umas suas metas precípua atuar em sintonia com as demandas sociais do mercado de trabalho com oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores- FIC promovendo assim a qualificação inicial, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento sócio-econômico regional.

Esses cursos deverão articular-se preferencialmente com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus à certificação de formação inicial ou continuada para o trabalho. A sua oferta será definida no âmbito de cada departamento educacional, em função das áreas profissionais

trabalhadas, da demanda e das condições ambientais, materiais e humanas. Serão executados e certificados pela coordenação de serviços e extensão.

A tabela 7 apresenta o cronograma de implantação de cursos técnico nível médio, básico e superior pelo IFAP para o período de 2010 a 2014, no Campus Laranjal do Jari.

Tabela 7 – Programação de abertura de cursos Técnico, Licenciatura e Tecnológico, no *Campus Laranjal do Jari*.

Nível	Curso/ Habilitação	Forma	Aluno por turma	Nº Tur- mas	Turno(s) de Funcio- namento	Previsão para implantação
Técnico nível médio	Floresta	Integrado ao Ensino Médio	40	01	Diurno	2013
Técnico nível médio	Informática	Integrado ao Ensino Médio	40	03	Diurno Noturno	2010
Técnico nível médio	Secretariado	Integrado ao Ensino Médio	40	03	Diurno Noturno	2010
Técnico nível médio	Meio Ambiente	Integrado ao Ensino Médio	40	02	Diurno Noturno	2011
Técnico nível médio	Informática	Subsequente	40	02	Diurno Noturno	2011
Técnico nível médio	Secretariado	Subsequente	40	02	Diurno Noturno	2011
Técnico nível médio	Meio Ambiente	Subsequente	40	01	Noturno	2011
Técnico nível médio	Floresta	Subsequente	40	02	Noturno	2012
Nível	Curso/ Habilitação	Forma	Aluno por turma	Nº Tur- mas	Turno(s) de Funcio- namento	Previsão para implantação
Técnico nível médio	Informática	ProEJA	40	01	Noturno	2011
Técnico	Secretariado	ProEJA	40	01	Noturno	2012

nível médio						
Técnico nível médio	Floresta	ProEJA	40	01	Noturno	2012
Técnico nível médio	Meio Ambiente	ProEJA	40	01	Noturno	2012
Básico	Redação Oficial	Qualificação Profissional	40	01	Noturno	2010
Básico	Atendimento ao Público	Qualificação Profissional	40	01	Noturno	2010
Básico	Informática Básica	Qualificação Profissional	40	03	Diurno Noturno	2010
Básico	Informática Avançada	Qualificação Profissional	40	02	Diurno Noturno	2010
Superior	Informática	Licenciatura	40	01	Noturno	2013
Superior	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnólogo	40	01	Noturno	2013
Superior	Gestão Ambiental	Tecnólogo	40	01	Noturno	2014

Fonte: PDI, 2009.

De acordo com a tabela 7, o curso técnico em floresta será ofertado em 2012, na modalidade subsequente e PROEJA e em 2013, na modalidade integrada ao ensino médio. No entanto, de acordo com 72 % dos entrevistados (26 pessoas), há necessidade de oferecimento deste curso com maior brevidade, pois foi apontado como o mais necessário para o município de Laranjal do Jari, devido à localização do município na floresta amazônica e a existência da Reserva Extrativista do Rio Cajari. Este curso proporcionará aos profissionais executar projetos de extração e beneficiamento de produtos florestais a partir do manejo sustentável, principalmente a castanha-do-brasil.

Os cursos relacionados às questões ambientais são de suma importância para o município. Observa-se na tabela 7 que o Curso Técnico em Meio Ambiente será oferecido a partir de 2011, o que contribuirá com brevidade para a elaboração e a execução de projetos ambientais, principalmente na questão da poluição do rio, apontado como principal problema ambiental pelos entrevistados.

Observa-se na tabela 7 que o Curso Superior em Gestão Ambiental será ofertado em 2014, formando tecnólogos, com o intuito de apoiar os gestores públicos e privados na elaboração de projetos e programas relacionados à educação ambiental. Sugere-se a implantação deste curso para 2011, concomitante com o Curso Técnico em Meio Ambiente, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida e a preservação da natureza.

4.4. Concepção de Ensino-Aprendizagem

A aprendizagem está pautada no currículo, de natureza sociointeracionista e dimensão contextualizada. Ela ocorrerá vinculada à apropriação dos significados culturais, exigindo o desenvolvimento de capacidades e habilidades específicas. Para isso, serão estabelecidas as seguintes diretrizes pedagógicas:

- Primar pela formação de um profissional crítico reflexivo;
- Garantir a interdisciplinaridade e contextualização nos currículos do IFAP;
- Respeitar os princípios da diversidade, equidade, multiculturalidade;
- Promover a implantação de cursos observando os arranjos produtivos culturais, sociais e locais;
- Adotar mecanismos de manutenção de eficiência e qualidade na implementação das propostas curriculares;
- Garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos nos diferentes cursos de formação;
- Estabelecer sistema de acompanhamento e avaliação de egressos;
- Garantir a categoria trabalho como princípio educativo;
- Ofertar educação profissional segundo perfis profissionais identificados nos diferentes eixos tecnológicos previstos nos catálogos dos cursos técnicos e tecnológicos;
- Fomentar o princípio da verticalização do ensino conforme eixos tecnológicos;
- Garantir a articulação entre ensino, pesquisa, inovação tecnológica e a extensão na organização e execução do currículo nos diferentes níveis de ensino;
- Criar e implementar programas de extensão e ação comunitária para fortalecimento do compromisso social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões empreendidas neste trabalho, procurou-se demonstrar a relevância da inserção do Instituto Federal do Amapá, em particular no município Laranjal do Jari, partindo da análise da proposta de ensino oferecida pela referida instituição ao povo amapaense, da caracterização do município em análise, da participação da população em audiência pública e do resultado das entrevistas realizadas com formadores de opinião do município.

Neste sentido pode-se concluir que:

Os resultados obtidos na pesquisa teórica e de campo permitem dizer que o objetivo foi alcançado, pois: a) foi realizada a caracterização regional; b) foram identificadas as preferências de cursos pela população do município de Laranjal do Jari, em audiência pública; c) foi verificada, através de entrevista, a percepção dos formadores de opinião quanto às questões sociais, econômicas e ambientais, além da opinião sobre a inserção do IFAP no município.

Os resultados encontrados são restritos ao IFAP do *Campus* Laranjal do Jari. Não foram realizadas comparações com trabalhos similares de outras regiões e a análise se refere a uma visão pontual. Uma análise longitudinal pode ser realizada ao longo dos anos, comparando o crescimento municipal no setor econômico, social e ambiental a partir da intervenção do Instituto Federal do Amapá através do ensino, pesquisa e extensão.

A participação da comunidade na audiência pública foi bastante representativa, pois 1,13 % da população fez-se presente. Ressalta-se que o dia 22 de abril de 2008 era uma terça-feira, portanto, este percentual é considerado alto.

A poluição do rio Jari constitui preocupação ambiental de todos os entrevistados, resultando em sugestão de cursos relacionados ao meio ambiente.

Todas as pessoas entrevistadas reconhecem a existência de problemas ambientais em Laranjal do Jari. Em se tratando de projetos relacionados ao tema somente três gestores públicos afirmaram ter proposta de trabalho nesta área, mas não estão em execução.

Diante destas considerações, este trabalho pretende contribuir na inserção dos Institutos Federais em qualquer unidade da federação, a partir da dinâmica realizada neste estudo.

Para o município de Laranjal do Jari, a contribuição deste trabalho diz respeito à oferta pelo IFAP de cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio e cursos superiores relacionados aos principais problemas sociais, ambientais e econômicos da região.

Da mesma forma, constitui-se em um documento norteador que servirá de referencial para elaboração de projetos relacionados às disciplinas oferecidas durante o processo de formação discente.

Os resultados apresentados neste estudo podem respaldar as gestões municipal, estadual e federal na definição de políticas públicas voltadas para o atendimento das reais necessidades da comunidade laranjalense.

Em função dos resultados obtidos e da experiência acumulada com a presente pesquisa, recomenda-se as seguintes ações aos dirigentes do Instituto Federal do Amapá, no *Campus* Laranjal do Jari:

a) Elaboração de projetos ambientais pelo IFAP, durante o processo de formação dos alunos;

b) Antecipação da implantação dos Cursos Técnico em Floresta e do Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal do Amapá, *Campus Laranjal do Jari*.

REFERENCIAS

BRASIL, LEI nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL, LEI nº 11.892 de 28 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian. **Cidades da Floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira**. Manaus: EDUA, 2006.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **Panorâmica das tendências e práticas pedagógicas**. Campinas, SP: Editora Átomo, 2004.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação**. 2 ed. ver. São Paulo: Cortez, 2001.

Decreto nº 2453 de 14 de agosto de 1995. Institui o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

Jari Celulose S.A., 2007. Disponível em: <<http://www.jari.com.br/web/pt/perfil/localizacao.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria - **Metodologia Científica**. 3 ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST. Brasília, novembro de 2007.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT. Brasília, novembro de 2007.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto de Estudo/Pesquisa para a Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local**. Brasília, setembro de 2009.

O plano de desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas – PDE – Ministério da Educação, 2007.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, 2009.

Proposta de Implementação da Escola Técnica Federal na cidade pólo de Laranjal do Jari, 2007. Prefeitura municipal de Laranjal do Jari.

Sistema de Gestão Ambiental – Amapá. Disponível em: <<http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/pilares/meioAmbiente/sistemaGestao/sistemaAmapa.html>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SOARES, Evanna. A audiência pública no processo administrativo. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 58, ago. 2002. Disponível em:

<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3145>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

THALEZ, Giselly Marília; COUTO, Magdiel Eliton Ayres do. **O complexo Jari Celulose como prótese tecnológica no espaço paraense e suas implicações na formação do município de Laranjal do Jari (AP)**. Geografia em Atos, n. 7, v.2. Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/revistas/geografiaematos/giselly.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

ANEXOS

ANEXO A – CONSULTA À SOCIEDADE DE LARANJAL DO JARI

Este questionário é um instrumento de pesquisa que será usado na elaboração do Projeto de Estudo para a Inserção do Instituto Federal no município de Laranjal de Jari. O objetivo é consultar a sociedade laranjalense sobre questões sociais, econômicas e ambientais. Não precisa se identificar.

IDENTIFICAÇÃO

1. Participação na comunidade		
<input type="checkbox"/> Gestor público	<input type="checkbox"/> Político	<input type="checkbox"/> Empresário
<input type="checkbox"/> Profissional da educação	<input type="checkbox"/> Sindicalista	<input type="checkbox"/> Representante de ONG's
<input type="checkbox"/> Outro: _____		

CONHECIMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL

2. Existem problemas ambientais no município de Laranjal do Jari?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei
Caso a resposta seja SIM, aponte esses problemas:
<input type="checkbox"/> Queimadas <input type="checkbox"/> Poluição dos rios <input type="checkbox"/> Tratamento inadequado do lixo
<input type="checkbox"/> Desmatamento <input type="checkbox"/> Falta de coleta de lixo
3. Você tem conhecimento de algum projeto ambiental em execução no município de Laranjal do Jari?
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____
4. Quais os principais problemas na área de infra estrutura que dificultam ou impedem o desenvolvimento do município de Laranjal do Jari?
<input type="checkbox"/> Saneamento Básico <input type="checkbox"/> Vias de acesso
<input type="checkbox"/> Rede pública de ensino <input type="checkbox"/> Moradia
<input type="checkbox"/> Rede pública de saúde <input type="checkbox"/> Transporte
<input type="checkbox"/> Sistema de abastecimento de água
<input type="checkbox"/> Ferramentas de comunicação: internet, celular, telefone fixo, etc.

ECONOMIA

5. Na sua opinião, qual atividade/área econômica existente com possibilidade de expansão (médio e longo prazo) para o desenvolvimento do município de Laranjal do Jari?
<input type="checkbox"/> Comércio e Serviços <input type="checkbox"/> Agricultura
<input type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/> Extrativismo (vegetal, animal, mineral)
6. Na sua opinião, quais as prioridades que devem ser contempladas nas políticas públicas para o desenvolvimento do município de Laranjal do Jari?
<input type="checkbox"/> Melhoria na infra estrutura <input type="checkbox"/> Investimento na saúde pública
<input type="checkbox"/> Melhoria na qualidade da educação <input type="checkbox"/> Incentivo fiscal para novos empreendimentos

7. Na sua opinião, como o(a) Sr(a) percebe a participação da sociedade no processo de planejamento das ações públicas?

total participação

mínima participação

regular participação

nenhuma participação

SOCIAL

8. Na sua opinião, quais os principais problemas sociais enfrentados no município de Laranjal do Jari?

Analfabetismo

Moradia

Prostituição

Violência

Falta de vagas nas escolas

Desemprego

Falta de atendimento médico

INSERÇÃO DO IFAP

9. O(A) Sr(a). conhece alguma escola integrante da Rede Federal de Ensino (antiga Escola Técnica Federal)?

Sim

Não

10. Qual a contribuição social que o Instituto Federal do Amapá trará para o desenvolvimento do município de Laranjal do Jari?

Elevação da escolaridade da população

Qualificação de mão de obra

Abertura de novas frentes de trabalho

Manutenção do jovem na comunidade

Outro: _____

11. Os cursos Técnico em Secretariado, Secretaria Escolar, Meio Ambiente e Informática atendem às necessidades (a curto prazo) do município de Laranjal do Jari?

Sim

Não

12. Qual(is) o(s) curso(s) de nível técnico, na sua opinião, que trará (a curto prazo) desenvolvimento para a região?

13. Que empresa (ramo de atividade) poderia se instalar no município de Laranjal do Jari para melhor aproveitamento da potencialidade natural existente? _____
